



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLOGIAS – CAMPUS XVIII
COLEGIADO DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

JOÃO PAULO CARDOSO NOGUEIRA

**O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE DO
JOVEM: UM DESAFIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA BAHIA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação

EUNÁPOLIS, BAHIA

2025

JOÃO PAULO CARDOSO NOGUEIRA

O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE DO JOVEM: UM DESAFIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA BAHIA

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação apresentado ao Curso de Administração, do Colegiado de Administração, do Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias – *Campus XVIII*, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como requisito parcial da disciplina Orientação de TCC.

Orientador: ATTAWAN GUERINO LOCATEL SUELA

EUNÁPOLIS, BAHIA

2025

JOÃO PAULO CARDOSO NOGUEIRA

O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE DO JOVEM: UM DESAFIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação apresentado ao Curso de Administração, do Colegiado de Administração, do Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias – *Campus XVIII*, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como requisito parcial da disciplina Orientação de TCC.

Aprovado em 11 de dezembro de 2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Attawan guerino locatel suela
UNEB DCHT – CAMPUS XVIII – Eunápolis
Professor orientador – Presidente da Banca Examinadora

Prof. Examinador Dr. Ricardo Daher Oliveira

Prof. Examinador Victor Borges Canela

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ser minha fortaleza constante, fonte de paz, conforto e direção em todos os momentos deste percurso.

Aos meus pais, Adélia Cardoso Nogueira e Valdeci Nogueira Soares, pela base familiar sólida, pelo acolhimento e pela estrutura que me permitiu ter tempo, tranquilidade e condições para estudar e me dedicar plenamente a este trabalho.

Aos amigos que, de diferentes formas, foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. A Alefe Lima, pelos inúmeros trabalhos impressos, pela disponibilidade incansável e por jamais negar ajuda quando precisei. A Pedro Dantas, pela escuta atenta e pela amizade que sustentou tantos dos meus dias. A Jervisom Souza, pelo acolhimento sincero e pela oportunidade de estágio oferecida em um momento crucial. A Carlos Roberto, cuja visão de vida única acompanhou de perto o início e o desenvolvimento deste processo. A Ivan Cajado, pelo incentivo constante para que eu concluísse o curso e pelas ideias e ideais que compartilhamos ao longo da caminhada. Estendo minha gratidão à Gleyce Figueiredo, que, em tempos difíceis e entre aulas exaustivas, ofereceu apoio, cuidado e compreensão. Agradeço também à Cássia do Rosário, que caminhou comigo, dividiu o fardo e colaborou de forma generosa em diversos aspectos.

Aos professores da UNEB – Campus XVIII, especialmente do Colegiado de Administração, que contribuíram com ensinamentos, confiança e inspiração. Embora muitos nomes mereçam ser citados, registro aqui meu agradecimento especial ao Professor Robson Braga, que não apenas acreditou em mim em diferentes momentos, mas também conduz o colegiado com presteza, responsabilidade e dedicação.

A todos vocês, o meu mais profundo agradecimento.

RESUMO

Este trabalho investiga as múltiplas dimensões que envolvem a juventude baiana e sua relação com o mercado de trabalho, considerando os desafios impostos pelas desigualdades sociais, econômicas e territoriais presentes no estado. A pesquisa busca compreender como esses fatores influenciam a trajetória dos jovens em direção à inserção laboral e de que forma a administração pública tem estruturado políticas públicas para a empregabilidade do jovem, diante de um cenário marcado por heterogeneidades, transformações sociais e demandas emergentes. Nesse sentido, são analisados elementos como renda, escolaridade, gênero, raça e localização territorial, além dos contextos culturais e socioeconômicos que moldam as experiências juvenis na Bahia. A investigação também observa como os arranjos institucionais, os programas governamentais e os instrumentos de gestão pública dialogam com as necessidades reais da juventude, especialmente em regiões onde a vulnerabilidade social é mais acentuada. Ao explorar essas dimensões, o estudo busca identificar como tais condições se articulam na construção de oportunidades de trabalho e na formulação de políticas voltadas a esse segmento, ampliando a compreensão sobre a complexidade que envolve a inserção laboral juvenil e os fatores que condicionam o acesso dos jovens ao mundo do trabalho.

Palavras-chave: Juventude; Empregabilidade; Políticas Públicas; Desigualdades sociais; Bahia.

ABSTRACT

This work investigates the multiple dimensions involving the youth of Bahia and their relationship with the labor market, considering the challenges imposed by the social, economic, and territorial inequalities present in the state. The research seeks to understand how these factors influence the trajectory of young people towards labor market insertion and how public administration has structured public policies for youth employability, in a scenario marked by heterogeneities, social transformations, and emerging demands. In this sense, elements such as income, education, gender, race, and territorial location are analyzed, in addition to the cultural and socioeconomic contexts that shape youth experiences in Bahia. The investigation also observes how institutional arrangements, government programs, and public management instruments interact with the real needs of youth, especially in regions where social vulnerability is more pronounced. By exploring these dimensions, the study seeks to identify how such conditions are articulated in the construction of job opportunities and in the formulation of policies aimed at this segment, broadening the understanding of the complexity involved in youth labor market insertion and the factors that condition young people's access to the world of work.

Key-words: Employability; Public Policies; Social Inequalities; Bahia.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 JUSTIFICATIVA	11
3 METODOLOGIA	12
4 JUVENTUDE, DESIGUALDADE E EMPREGABILIDADE: UMA REVISÃO TEÓRICA	12
4.1 A TRANSIÇÃO DA JUVENTUDE PARA O MERCADO DE TRABALHO 16	
4.2 AS MÚLTIPLAS FACES DA DESIGUALDADE NO ACESSO AO EMPREGO	17
4.2.1 DESIGUALDADE DE CLASSES	18
4.2.2 DESIGUALDADE DE GÊNERO	19
4.2.3 DESIGUALDADE RACIAL	20
4.2.4 DESIGUALDADE TERRITORIAL	22
5 O PAPEL DO ESTADO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE	23
6 JOVENS, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	26
6.1 EDUCAÇÃO COMO DIMENSÃO ESTRUTURAL DA INSERÇÃO JUVENIL	27
6.2 ENSINO MÉDIO, JUVENTUDE E DESAFIOS ESTRUTURAIS	28
6.3 FORMAÇÃO PROFISSIONAL E COMPETÊNCIAS PARA O MUNDO DO TRABALHO	29
6.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE QUALIFICAÇÃO JUVENIL NA BAHIA	31
7 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO DE POLÍTICAS DE EMPREGABILIDADE NA BAHIA	32
7.1 CONCEITOS E MODELOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	34
7.2 ESTRUTURA INSTITUCIONAL: ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA.....	36
7.3 IMPLEMENTAÇÃO E GOVERNANÇA DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	38
7.4 DESAFIOS INSTITUCIONAIS, RECURSOS E EFICÁCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS	40
8 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGABILIDADE JUVENIL NA BAHIA (2018-2024)	42
8.1 CONTEXTO SOCIOECONÔMICO E DESEMPREGO JUVENIL NO ESTADO DA BAHIA	42
8.2 ANÁLISE DO PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO	44
8.3 ANÁLISE DO PROGRAMA JUVENTUDE PRODUTIVA	44
8.4 PROJETO JOVEM SOCIAL (SEADES/CREAS).....	46
8.5 PROGRAMA DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL – LEI 10.097/2000	48

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS 50

1 INTRODUÇÃO

A juventude, entendida como construção histórica e social, não pode ser reduzida a marcadores etários, mas deve ser analisada em suas múltiplas dimensões culturais, econômicas e políticas (Dayrell, 2007). Assim, compreender os desafios da empregabilidade juvenil demanda uma leitura ampliada dos processos que organizam a vida dos jovens e das políticas públicas que estruturam sua inserção laboral (Sposito, Souza & Silva, 2018).

Na sociedade contemporânea, a transição dos jovens para o mundo do trabalho ocorre de maneira cada vez mais não linear, fragmentada e desigual, marcada por trajetórias heterogêneas e fortemente condicionadas pelos contextos sociais e territoriais (Sposito, 2005).

Miriam Abramovay, em seu trabalho *Juventude, trabalho e políticas públicas no Brasil*, publicado pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), apresenta argumentos que contribuem diretamente para a compreensão do objetivo deste estudo. A autora destaca que a realidade social brasileira evidencia a inexistência de uma juventude homogênea, pois o que existe, na verdade, são múltiplos grupos juvenis, cada um marcado por diferentes oportunidades, dificuldades, facilidades e níveis de poder nas sociedades. As juventudes constituem um conjunto heterogêneo, atravessado por desigualdades estruturais que influenciam suas trajetórias e condições de inserção social e laboral (Abramovay, 2005).

Segundo Abramo, Venturi e Corrochano (2020), no estudo *Estudar e trabalhar: um olhar qualitativo sobre uma complexa combinação nas trajetórias juvenis*, evidenciam que a falta de políticas de cuidados afeta profundamente as trajetórias de jovens que acumulam obrigações familiares. Para os autores, a presença ou ausência de programas públicos de suporte interfere diretamente nos percursos formativos e profissionais desses jovens (Abramo; Venturi; Corrochano, 2020).

Nesse sentido, afirmam que “as trajetórias desses jovens refletem os avanços, assim como os dilemas, proporcionados pelas políticas públicas desenvolvidas no último período, que caracterizaram o contexto no qual cresceram e processaram seus percursos de formação e inserção laboral” (Abramo; Venturi; Corrochano, 2020).

Para compreender o processo de implementação das políticas públicas, torna-se fundamental analisar o papel estratégico do Estado na promoção de ações voltadas à qualificação e à inserção laboral. A efetividade dessas políticas depende, em grande medida, da atuação dos *burocratas de médio escalão* (BMEs), responsáveis por traduzir diretrizes governamentais em ações concretas no cotidiano administrativo (Novato, 2020).

Essa perspectiva é explorada por, Novato, Najberg e Lotta (2020) onde destacam que os BMEs são indispensáveis para viabilizar a ação estatal e assegurar a operacionalização das políticas públicas, constituindo-se como atores-chave na articulação entre o planejamento e a execução das ações governamentais (Novato, 2020).

Nas últimas décadas, a literatura de políticas públicas tem avançado na compreensão do papel da atuação dos burocratas nos processos decisórios, especialmente no processo de implementação das políticas (Pires et al., 2018).

Uma perspectiva explorada nesse presente trabalho é a visão da oferta de emprego regida pelo capital, nesse intuito é pertinente trazer o olhar do autor David Harvey, 2011 onde ele diz que:

No decorrer do tempo, os capitalistas têm procurado controlar o trabalho, colocando trabalhadores individuais em concorrência uns com os outros para os postos de trabalho em oferta. A força de trabalho potencial tem gênero, raça, etnia e tribo ou se divide pela língua, política, orientação sexual e crença religiosa, e tais diferenças emergem como fundamentais para o funcionamento do mercado de trabalho. (Harvey, 2011).

Segundo Cavalcante (2019) Políticas específicas, como programas de qualificação, estágios, aprendizagem profissional e incentivos à primeira oportunidade de emprego, tornam-se elementos estruturantes para ampliar as possibilidades de inclusão produtiva e autonomia econômica dos jovens. No entanto, a fragmentação das ações, a baixa articulação entre setores governamentais e a insuficiência de avaliação de políticas dificultam seu alcance e impacto (Cavalcante & Gomide, 2019; Lotta, 2019).

Dessa forma, torna-se necessário problematizar como as políticas públicas de empregabilidade vêm sendo concebidas e implementadas no estado da Bahia, especialmente considerando a centralidade que o trabalho assume na vida dos jovens e seu papel na construção da cidadania e da vida adulta

Diante do contexto apresentado, este trabalho se propõe a analisar de forma aprofundada a relação entre juventude, desigualdades estruturais e políticas públicas de empregabilidade, examinando como esses elementos se articulam no cenário baiano contemporâneo. Para isso, são discutidos inicialmente os principais aportes teóricos acerca da transição juvenil para o mercado de trabalho e das múltiplas dimensões da desigualdade que incidem sobre esse processo. Em seguida, investiga-se o papel estratégico do Estado e da administração pública na formulação, gestão e implementação de políticas voltadas à inserção laboral dos jovens. Por fim, realiza-se uma análise sistematizada das políticas de empregabilidade juvenil adotadas na Bahia entre 2018 e 2024 especialmente o Programa Primeiro Emprego, o Juventude Produtiva, o Projeto Jovem Social e a Política de aprendizagem profissional avaliando seus alcances, limites e desafios institucionais. Assim, o trabalho busca oferecer uma compreensão integrada dos fatores que condicionam a empregabilidade juvenil no estado, destacando a importância de políticas públicas eficazes e sustentáveis.

O objetivo geral deste estudo é analisar o papel das políticas públicas na promoção da empregabilidade juvenil na Bahia, considerando os desafios estruturais, institucionais e socioeconômicos que influenciam sua efetividade. De modo específico, busca-se: compreender os processos de transição dos jovens para o mercado de trabalho; identificar as desigualdades que afetam a inserção laboral dessa população; discutir os modelos de administração pública e os mecanismos de implementação de políticas voltadas ao emprego; examinar a estrutura institucional do estado da Bahia no que se refere à gestão dessas políticas; e avaliar, de forma crítica, os programas de empregabilidade juvenil adotados no período de 2018 a 2024, destacando seus resultados, limitações e potencialidades.

2 JUSTIFICATIVA

A análise das políticas públicas de empregabilidade juvenil na Bahia torna-se pertinente diante do papel que o trabalho desempenha nos processos de inclusão social e participação cidadã. No contexto baiano, a presença de indicadores que apontam desafios relacionados ao desemprego e à informalidade entre jovens sugere a necessidade de investigações que considerem as dinâmicas que influenciam sua inserção laboral. A atuação da Administração Pública, responsável pela elaboração e

implementação de ações voltadas à qualificação e ao acesso ao trabalho, constitui um campo relevante para observação, especialmente quanto aos fatores que podem interferir em seu alcance e funcionamento. Desse modo, este estudo se justifica por buscar elementos que contribuam para a compreensão das estratégias institucionais destinadas à empregabilidade juvenil, considerando suas possíveis limitações, potencialidades e implicações para o planejamento de políticas públicas no estado.

3 METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, buscando compreender como as políticas públicas formuladas pela Administração Pública da Bahia têm sido direcionadas à promoção da empregabilidade juvenil. A pesquisa fundamenta-se em revisão bibliográfica e análise documental. A revisão bibliográfica contempla autores e estudos que discutem juventude, desigualdade, políticas públicas, administração pública e empregabilidade, visando construir o referencial teórico que sustenta a análise. A metodologia adotada consistirá em uma pesquisa bibliográfica e documental, com base em fontes acadêmicas, relatórios governamentais, dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) A interpretação dos dados segue a técnica de análise de conteúdo temática, utilizada para organizar, categorizar e relacionar as informações coletadas, possibilitando compreender os sentidos produzidos pelas políticas e suas articulações com o contexto socioeconômico do estado.

4 JUVENTUDE, DESIGUALDADE E EMPREGABILIDADE: UMA REVISÃO TEÓRICA

O movimento da juventude em busca de inserir-se no espaço laboral é discutido pela autora, não lineares e profundamente influenciadas por desigualdades sociais, raciais, territoriais e de gênero. O debate sobre a inserção laboral da juventude mobiliza um conjunto amplo de conceitos e abordagens teóricas que buscam explicar a complexa transição entre o sistema educacional e o mundo do trabalho (Abramovay 2005).

Segundo Abramovay (2005) Essa inserção não ocorre de maneira linear ou homogênea, mas é atravessada por desigualdades estruturais, dinâmicas identitárias

e transformações tecnológicas aceleradas. Assim, compreender a relação entre juventude, desigualdade e empregabilidade exige considerar dimensões sociológicas, econômicas, culturais e territoriais que moldam as trajetórias juvenis no Brasil e no mundo contemporâneo (Abramovay, 2005).

A juventude deve ser entendida como uma categoria plural, marcada por múltiplas experiências e transições. Dayrell (2007) afirma que a juventude é uma “condição social em construção” (p. 111), influenciada por fatores sociais e institucionais.

Essa perspectiva apontada por Abramovay, que apontam que a juventude não é apenas uma etapa cronológica, mas um conjunto de vivências permeadas pela desigualdade social. No mesmo sentido, David Harvey (2011) destaca que existem juventudes diversas, constituídas a partir de marcadores como classe, raça, gênero, território e escolaridade. Onde dialoga com Dayrell que indicar que a juventude deve ser parcela da juventude brasileira que, maioritariamente, frequenta as escolas públicas e é formada por jovens pobres que vivem nas periferias dos grandes centros urbanos marcados por um contexto de desigualdade social (Dayrell, 2011).

Do ponto de vista sociológico, Bourdieu (1983) demonstra que a inserção profissional é condicionada pelos capitais econômico, cultural e social, reproduzindo estruturas de desigualdade. Jovens de famílias com menor acesso a tais capitais tendem a ingressar em ocupações de menor prestígio, gerando uma “herança das desigualdades” (Bourdieu, 1983).

Essa perspectiva é reforçada por Abramovay (2005) para quem a vulnerabilidade social juvenil está diretamente relacionada às dificuldades de acesso ao trabalho estável. Já Pochmann (2019) aponta a precarização se manifesta de maneira diferente entre grupos sociais, sendo mais intensa para jovens, negros, mulheres e população LGBTQIA+, justamente porque o mercado de trabalho é atravessado por normas historicamente excludentes que determinam quem tem acesso pleno a direitos sociais.

A globalização e as mudanças tecnológicas amplificam esses desafios. Drucker (1999) observa que o mercado contemporâneo exige “aprendizagem contínua” (p. 45), capacidade de adaptação rápida e multifuncionalidade. Chiavenato (2014) complementa que as organizações passaram a exigir competências técnicas e socioemocionais combinadas, o que muitas vezes coloca os jovens em desvantagem frente à velocidade das transformações digitais. Sennett (2021) acrescenta que a

flexibilidade e a instabilidade são marcas do “novo capitalismo”, produzindo carreiras fragmentadas e maior insegurança laboral.

Autores contemporâneos como Castells (2020) e Bauman (2001) analisam o impacto estrutural da revolução tecnológica. Castells entende que vivemos em uma “sociedade em rede”, onde a informação e o conhecimento tornam-se centrais, mas também profundam desigualdades entre os que têm acesso a esses recursos e os que ficam à margem. Bauman, ao discutir a “modernidade líquida”, afirma que o trabalho se torna volátil, incerto e marcado por relações instáveis condição que pesa de modo mais severo sobre jovens em início de trajetória.

As desigualdades territoriais também influenciam significativamente a inserção profissional juvenil. Harvey (2020) destaca que o desenvolvimento urbano desigual cria territórios com diferentes níveis de acesso à infraestrutura, mobilidade e oportunidades econômicas. Caldeira (2000) reforça que a segregação urbana limita o acesso dos jovens das periferias à cultura, formação e empregos qualificados, argumenta que a marginalização urbana produz círculos de exclusão que moldam o potencial de empregabilidade.

No contexto brasileiro, pesquisas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA (2023) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, um levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - PNAD Contínua (IBGE, 2024) mostram que jovens enfrentam taxas de desemprego mais elevadas que outros grupos etários, especialmente os jovens negros e moradores de áreas periféricas. Almeida (2019) contribui com a noção de racismo estrutural, demonstrando como a desigualdade racial atravessa a formação, a contratação e a permanência no mercado formal.

Diante desse quadro, o papel da administração pública se torna central. Políticas públicas de juventude devem articular educação, desenvolvimento econômico, assistência social e gestão territorial. Abramo (2015) e Weller (2019) destacam que políticas eficazes não podem se limitar à capacitação profissional isolada, mas devem integrar ações intersetoriais que enfrentem as barreiras estruturais. Programas como a Lei da Aprendizagem (Lei 10.097/2000), o Programa Jovem Aprendiz e iniciativas estaduais, como o Primeiro Emprego na Bahia, buscam favorecer a inserção laboral através da associação entre formação teórica e prática profissional.

Autores como Beck (2010) e Giddens (2013) acrescentam que vivemos em uma “sociedade de risco”, na qual a juventude é um grupo particularmente exposto às incertezas do mercado globalizado. Para esses autores, políticas públicas orientadas à juventude devem antecipar riscos, promover segurança social e criar mecanismos estruturais de proteção.

Assim, a literatura revela que a empregabilidade juvenil é resultado da interação entre condições pessoais, dinâmicas estruturais e políticas públicas. Juventude, desigualdade e trabalho formam um campo complexo que exige interpretações interdisciplinares e políticas integradas para a construção de trajetórias profissionais dignas, estáveis e emancipatórias.

O debate sobre a inserção laboral da juventude mobiliza um conjunto de conceitos e teorias que buscam explicar a complexa transição entre o sistema educacional e o mundo do trabalho. Este capítulo apresenta uma revisão da literatura sobre os temas centrais da pesquisa, abordando as teorias de inserção profissional, as dimensões da desigualdade que afetam os jovens e o papel da administração pública na promoção da empregabilidade.

A juventude não é uma fase homogênea, mas um período marcado por transições, incertezas e múltiplas trajetórias. Segundo Dayrell (2007), a juventude deve ser entendida como uma “condição social em construção”, influenciada por fatores culturais, econômicos e institucionais. Assim, a entrada no mercado de trabalho depende não apenas da formação educacional, mas também das redes de sociabilidade, da origem social e das oportunidades disponíveis.

No âmbito da Administração e do Trabalho, Peter Drucker (1999) aponta que o mercado contemporâneo exige “aprendizagem contínua”, capacidade adaptativa e polivalência. Isso afeta diretamente os jovens, que muitas vezes não conseguem acompanhar a velocidade das mudanças tecnológicas.

Já Chiavenato (2014) reforça que as organizações buscam “competências comportamentais e técnicas”, colocando a juventude em um cenário onde a qualificação inicial se torna insuficiente.

Além disso, Bourdieu (1983) contribui ao mostrar que a inserção profissional é influenciada pelo capital econômico, social e cultural das famílias. Jovens com menor acesso a esses capitais enfrentam maiores dificuldades de entrada em ocupações qualificadas, perpetuando ciclos de desigualdade

4.1 A TRANSIÇÃO DA JUVENTUDE PARA O MERCADO DE TRABALHO

Para Mennella (2009) A transição para a vida adulta remete a conquistas e mudanças de estatutos, sendo que os principais são: independência financeira, estabelecimento de residência própria, conclusão dos estudos, constituição de família apontamentos esses que foi evidenciado em seu artigo: Mercado de Trabalho Brasileiro e a Transição para a Vida Adulta: O Desafio da Juventude (MENNELLA, 2009). Como se observa na análise da autora a seguir:

A independência financeira nos remete diretamente à inserção profissional dos jovens, dado que o trabalho ainda é o principal meio de acesso a renda Assim, além das diversas mudanças que ocorreram nas sociedades capitalistas que impactaram certamente as formas de construção das trajetórias de transição, há que se considerar a incidência do contexto do mercado de trabalho, que também passou por alterações importantes nesse período (Mennella, 2009).

Juventude é entendida como uma construção social e histórica que varia conforme cada sociedade (Groppo, 2000). No século XX, tornou-se um período idealizado e prolongado, aumentando as expectativas e pressões sobre os jovens. Nesse contexto, a inserção no trabalho torna-se um processo mais longo e desigual, influenciado tanto pelas transformações econômicas globais quanto pelas representações socioculturais da juventude.

A entrada dos jovens no mercado de trabalho ocorre em meio a rápidas transformações tecnológicas e à reestruturação produtiva global. Rifkin (1995) destaca que, embora esses processos sejam apresentados como ajustes necessários rumo à Terceira Revolução Industrial, eles têm ampliado o desemprego e o subemprego, especialmente entre jovens, inclusive em países em desenvolvimento. Assim, a automação e a precarização atingem de forma intensa um grupo social já marcado por ser uma fase de transição e de expectativas criativas (Rifkin, 1995).

Marília Sposito afirma que jovens enfrentam inserções tardias e fragmentadas no mercado de trabalho. A transição da escola para o trabalho é um processo multifacetado que tem se tornado cada vez mais longo e complexo. As transformações no mercado de trabalho, como a globalização, a automação e a flexibilização das relações de emprego, redesenharam as trajetórias profissionais, tornando-as mais instáveis e segmentadas. Transições juvenis se tornaram mais complexas, prolongadas e dependentes de múltiplos fatores estruturais (Sposito, 2005).

A partir desses aportes, percebe-se que a transição para o trabalho é moldada por fatores estruturais e significados socioculturais em constante mudança. Mennella (2009) destaca que a autonomia juvenil depende do acesso ao emprego, enquanto Groppo (2000) mostra que a própria noção de juventude se prolongou, tornando o percurso mais incerto. Somam-se a isso as transformações tecnológicas e produtivas identificadas por Rifkin (1995), que reduzem oportunidades de inserção estável. Nesse cenário, como aponta Sposito (2005), as trajetórias juvenis tornam-se mais fragmentadas e exigem constantes adaptações, revelando a transição como um processo complexo e profundamente desigual.

4.2 AS MÚLTIPLAS FACES DA DESIGUALDADE NO ACESSO AO EMPREGO

A partir da perspectiva marxista, a desigualdade no acesso ao trabalho está profundamente relacionada à própria estrutura da sociedade capitalista, que produz e reproduz hierarquias sociais a partir das condições materiais de existência. Em *O Capital*, Marx (2013) evidencia que o mercado de trabalho não é um espaço neutro de trocas, mas um ambiente moldado pela divisão entre aqueles que detêm os meios de produção e aqueles que apenas dispõem de sua força de trabalho.

Sposito (2005) destaca que a juventude é um grupo social plural, atravessado por diferentes realidades socioeconômicas e culturais. Assim, a inserção profissional dos jovens não ocorre de maneira homogênea, mas varia conforme suas condições de vida e oportunidades (Sposito, 2005).

“As juventudes brasileiras apresentam trajetórias marcadas por profundas desigualdades, o que produz experiências distintas no acesso à escolarização, ao trabalho e à cultura.”(SPOSITO, 2005, p. 38)

“Não existe uma juventude, mas juventudes, definidas pelas condições sociais em que os jovens vivem e constroem suas trajetórias.”(Dayrell, 2003)

Para Bourdieu (1983), as oportunidades de emprego dos jovens são determinadas pelas desigualdades sociais que definem suas condições de origem, tornando o processo de inserção profissional profundamente desigual.

Além disso, Marx (2013) demonstra que o capitalismo cria um “exército industrial de reserva”, composto especialmente por trabalhadores jovens, racializados

e pobres, que são mantidos em posições de vulnerabilidade para garantir a redução de custos da força de trabalho. Essa lógica se atualiza nas dinâmicas contemporâneas da informalidade, da rotatividade e dos baixos salários, que atingem com maior intensidade a juventude. Assim, ao relacionar Marx com Sposito e Bourdieu.

A origem social, o gênero, a raça/etnia e o local de moradia são fatores determinantes nas oportunidades de acesso ao trabalho decente.

4.2.1 DESIGUALDADE DE CLASSES

A desigualdade de classes permanece como um dos condicionantes centrais do acesso ao emprego nas sociedades capitalistas. Para Karl Marx (1867), a estrutura de classes deriva diretamente da forma como os indivíduos se relacionam com os meios de produção, gerando posições sociais desiguais que condicionam oportunidades de vida.

No mercado de trabalho contemporâneo, essa lógica se expressa na distribuição assimétrica de capitais econômicos e sociais, que define quem pode acessar qualificações, redes e oportunidades profissionais. Marx argumenta que a exploração econômica não se restringe ao interior das fábricas, mas molda também a forma como trabalhadores de classes populares são incorporados em postos de trabalho mais precarizados, reforçando um ciclo estrutural de desigualdade (Marx, 2013).

Sob outra perspectiva, Pierre Bourdieu (1983) amplia a compreensão de classe ao introduzir os conceitos de capital cultural, capital social e habitus, elementos que influenciam profundamente o acesso ao emprego. Para o autor, indivíduos oriundos de classes altas acumulam diferentes formas de capital escolaridade de qualidade, redes de contato, repertórios simbólicos que atuam como vantagens invisíveis no processo seletivo e na trajetória profissional

Os jovens com maior capital social e cultural conseguem transitar com mais segurança pelo sistema educacional e acessar oportunidades ocupacionais de maior prestígio (Groppo, 2017). O que evidencia como as condições de origem influenciam diretamente as possibilidades profissionais. Assim, jovens provenientes de famílias

com maior capital econômico e social contam com uma formação escolar mais robusta e com redes de contato que facilitam o ingresso em estágios e empregos qualificados.

Em contraste, os jovens das classes populares enfrentam obstáculos estruturais que restringem seu acesso a oportunidades educacionais e profissionais, sendo frequentemente direcionados a atividades laborais precarizadas e informais. Dessa forma, o capital social e cultural atua como um marcador decisivo na constituição de trajetórias juvenis desiguais no mercado de trabalho (Antunes, 2018).

Do ponto de vista sociológico brasileiro, a desigualdade de classes no acesso ao emprego também é analisada por autores como Jessé Souza (2009), que demonstra que a estrutura social brasileira opera a partir de uma “hierarquia moral” que naturaliza a subalternidade das classes populares. Para o autor, “a desigualdade no Brasil é produzida por mecanismos invisíveis que impedem a mobilidade dos mais pobres” (Souza, 2009, p. 47), especialmente em relação à qualificação profissional e às oportunidades de trabalho digno.

De forma semelhante, Ricardo Antunes (2018) evidencia que a classe trabalhadora brasileira enfrenta crescente precarização, resultado da expansão de vínculos informais, terceirizados e instáveis. Segundo ele, “o trabalho precarizado atinge de modo mais intenso aqueles situados nas camadas inferiores da estrutura de classe” (Antunes, 2018, p. 33), reforçando desigualdades históricas.

Já Marcio Pochmann (2012) argumenta que o mercado de trabalho brasileiro se organiza de modo a manter uma base de trabalhadores pouco protegidos e altamente substituíveis, o que perpetua baixos salários e reduz o acesso a ocupações qualificadas.

4.2.2 DESIGUALDADE DE GÊNERO

A desigualdade de gênero no acesso ao emprego no Brasil tem forte base estrutural, como demonstra Heleieth Saffioti. Para a autora, “a sociedade brasileira mantém uma rígida divisão sexual do trabalho” (SAFFIOTI, 1976, p. 45), que define funções e espaços para homens e mulheres. Essa divisão não se limita ao ambiente doméstico, mas se estende ao mercado laboral, onde mulheres são inseridas majoritariamente em atividades de menor prestígio e remuneração. Saffioti argumenta que essa desigualdade é produzida socialmente e se reproduz de forma sistemática.

Assim, o acesso ao emprego para mulheres permanece condicionado por hierarquias patriarcais e econômicas.

A análise de Lélia Gonzalez revela que, no Brasil, gênero e raça são dimensões inseparáveis para compreender a inserção laboral feminina. A autora afirma que “a mulher negra vive uma tripla discriminação: por ser mulher, por ser negra e por ser pobre” (Gonzalez, 1983, p. 14), o que limita sua presença em empregos formais e qualificados.

Para Marta Abramo, a desigualdade de gênero se manifesta tanto no ingresso quanto na ascensão das mulheres no mercado de trabalho. A autora destaca que “as mulheres, mesmo quando mais escolarizadas, continuam a enfrentar barreiras invisíveis na progressão profissional” (Abramo, 2000, p. 62). Entre essas barreiras, estão o teto de vidro e a sub-representação feminina em cargos de liderança. Abramo enfatiza que as empresas ainda se baseiam em estereótipos que consideram as mulheres menos disponíveis devido às responsabilidades familiares.

A literatura mostra que as mulheres estão inseridas em menor número do que os homens nas atividades produtivas remuneradas e possuem jornadas mais curtas de trabalho (Alves e Correa, 2009).

Segundo Hirata (2002), as jovens mulheres enfrentam obstáculos adicionais na inserção laboral, refletidos em maiores taxas de desemprego quando comparadas aos homens jovens.

Além disso, Guimarães (2003) afirma que a segregação ocupacional de gênero leva as mulheres a se concentrarem em setores de baixa remuneração, reproduzindo desigualdades salariais históricas

4.2.3 DESIGUALDADE RACIAL

Desigualdade Racial: “O racismo organiza as relações econômicas e determina quem terá acesso ou não às melhores posições sociais.” (Almeida, 2019, p. 37). Almeida demonstra que o racismo estrutura as relações institucionais, incluindo o mercado de trabalho, produzindo desigualdade no acesso ao emprego e salários. Segundo Almeida (2019), mesmo diante de avanços educacionais, jovens negros continuam enfrentando maiores taxas de desemprego

devido à estrutura racializada do mercado de trabalho. “Pessoas racializadas são formadas por condições estruturais e institucionais” (Almeida, 2019).

A Bahia possui a maior proporção de população negra do país, característica que molda profundamente sua dinâmica social, econômica e laboral. Segundo dados da PNAD Contínua/IBGE, sistematizados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), cerca de 80,8% dos baianos se autodeclaravam pretos ou pardos em 2022, sendo 23,9% pretos e 56,9% pardos. Esse cenário demográfico evidencia que a realidade do estado está intrinsecamente marcada pelo legado histórico do racismo estrutural, o que se expressa nos padrões de desigualdade no acesso à educação, renda e oportunidades de trabalho.

Diante desse quadro, políticas públicas de emprego, qualificação e inserção juvenil não podem desconsiderar a centralidade da questão racial. Ignorar que a maioria dos jovens baianos é preta ou parda significa reforçar desigualdades históricas que estruturam o mercado de trabalho baiano, produzindo trajetórias mais precárias e instáveis para essa população. Assim, reconhecer a composição racial da Bahia não é apenas um exercício estatístico, mas uma exigência ética e política para a formulação de ações de empregabilidade que sejam eficazes, equitativas e comprometidas com a justiça social (SEI, 2023; IBGE, 2022).

A desigualdade racial no acesso ao emprego no Brasil é profundamente marcada pela herança escravocrata e pelas estruturas de exclusão social, como aponta Florestan Fernandes. Para o autor, “o negro foi lançado na ordem competitiva sem qualquer condição de competição” (Fernandes, 1978, p. 25)

Para Lélia Gonzalez, a discriminação racial atravessa diretamente a experiência laboral da população negra, especialmente das mulheres. A autora afirma que “o racismo estrutural organiza as hierarquias sociais e define quem pode ocupar certos espaços de prestígio” (Gonzalez, 1988, p. 120)

No campo das políticas públicas e do mercado de trabalho, Sueli Carneiro analisa o modo como o racismo institucional molda o acesso ao emprego. Segundo ela, “as instituições brasileiras operam segundo lógicas que perpetuam desigualdades raciais” (Carneiro, 2003, p. 57). Essa lógica se expressa na sub-representação de pessoas negras em cargos de liderança, na diferença salarial e na maior concentração em atividades precarizadas.

A sociologia contemporânea também encontra em Nadya Araujo Guimarães importantes análises sobre como raça conforma oportunidades ocupacionais. A autora

aponta que “as trajetórias profissionais são condicionadas por discriminações persistentes, que atuam como filtros raciais de seleção” (Guimarães, 2006, p. 88).

4.2.4 DESIGUALDADE TERRITORIAL

A desigualdade territorial no acesso ao emprego pode ser compreendida à luz da análise crítica de David Harvey sobre a produção desigual do espaço urbano. Para o autor, a dinâmica do capitalismo molda as cidades de forma a concentrar investimentos, infraestrutura e serviços em determinadas áreas, enquanto outras permanecem marcadas pela carência e pela marginalização socioeconômica (Harvey, 1980).

A compreensão da desigualdade territorial no acesso ao emprego entre jovens pode ser aprofundada a partir das contribuições de Teresa Caldeira e José de Souza Martins. Caldeira (2000), ao analisar a dinâmica das cidades brasileiras, demonstra como a segregação urbana e o processo de periferização estruturam “cidades de muros”, nas quais populações de baixa renda especialmente jovens, são empurradas para territórios distantes dos centros de decisão econômica, cultural e produtiva (Caldeira, 2000).

Essa organização do espaço cria barreiras concretas ao acesso ao trabalho, ao mesmo tempo em que restringe o contato com redes sociais que facilitam a circulação por mercados formais.

Já Martins (1997), ao explorar a sociabilidade das periferias, evidencia que esses jovens vivem em contextos marcados pela precariedade de serviços públicos, pela baixa presença estatal e pela limitação de trajetórias possíveis, o que aprofunda seu distanciamento das oportunidades profissionais valorizadas.

Assim, ambos os autores convergem ao mostrar que a localização territorial não é neutra: ela molda expectativas, trajetórias e chances de inserção produtiva, reforçando desigualdades históricas que comprometem a autonomia e o futuro da juventude periférica.

Portanto, a inserção profissional dos jovens não é um processo homogêneo, sendo atravessada por múltiplas desigualdades que se sobrepõem e se reforçam mutuamente

Por fim, Djamila Ribeiro contribui ao demonstrar os efeitos subjetivos e simbólicos da desigualdade racial no trabalho. A autora afirma que “a sociedade brasileira cria obstáculos simbólicos que limitam a presença negra em espaços de decisão” (Ribeiro, 2019, p. 66). Esses obstáculos incluem estereótipos, duplas exigências e a deslegitimação da competência profissional de pessoas negras. Além das barreiras objetivas, há um desgaste emocional decorrente do racismo cotidiano. Assim, a desigualdade racial no emprego combina violência estrutural, institucional e psicológica.

5. O PAPEL DO ESTADO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Na perspectiva liberal, o mercado é visto como o espaço natural de alocação de mão de obra e o Estado deve atuar de forma reduzida. A empregabilidade dependeria sobretudo da iniciativa individual, do investimento em qualificações e da capacidade de adaptação às demandas produtivas. Friedman (2002) argumenta que a intervenção excessiva do Estado “desorganiza os incentivos econômicos e reduz a eficiência do mercado”, defendendo políticas voltadas à desburocratização e estímulo ao empreendedorismo.

No entanto, críticas destacam que essa abordagem tende a responsabilizar o indivíduo pela falta de emprego, invisibilizando desigualdades estruturais. POCHMANN (2014), para o autor “A ênfase na qualificação tende a deslocar para o indivíduo a responsabilidade pelos limites do mercado de trabalho”. Pochmann afirma que políticas baseadas apenas em qualificação reforçam a narrativa de que “quem não consegue emprego é porque não se qualificou o suficiente”, ocultando desigualdades de classe, raça e território.

Sob essa ótica, programas públicos deveriam focar em formação de capital humano, em linha com No entanto, críticas destacam que essa abordagem tende a responsabilizar o indivíduo pela falta de emprego, invisibilizando desigualdades estruturais.

Uma segunda perspectiva, entende o Estado como agente central para dinamizar a economia e gerar oportunidades de trabalho. Autores como Bresser-Pereira (2014) defendem um Estado desenvolvimentista capaz de investir em setores

estratégicos e coordenar políticas industriais e educacionais. Nessa visão, o emprego não é resultado apenas do livre mercado, mas de um projeto nacional que articule crescimento econômico, infraestrutura e inovação.

A abordagem da proteção social compreende o emprego como um direito fundamental, ligado à cidadania, segurança social e inclusão. Castel (1998) e Esping-Andersen (1999) argumentam que o Estado precisa criar redes de proteção que assegurem não apenas a inserção no trabalho, mas também a permanência digna, por meio de políticas como seguro-desemprego, intermediação pública de mão de obra e programas de qualificação gratuita.

Para autores brasileiros como Sônia Draibe (1993), a proteção social no Brasil se consolidou como um conjunto de mecanismos públicos destinados a garantir segurança aos trabalhadores diante das instabilidades do mercado de trabalho. Segundo a autora, os sistemas de seguridade e as políticas de qualificação cumprem a função de “reduzir vulnerabilidades sociais e ampliar as oportunidades de inserção produtiva” (Draibe, 1993, p. 41). Nesse sentido, programas como a aprendizagem profissional, o Sistema Nacional de Emprego (SINE), o Pronatec e iniciativas de formação voltadas para jovens em situação de vulnerabilidade expressam a lógica de um Estado que busca promover inclusão e oferecer suportes coletivos frente às incertezas econômicas, reforçando o papel da proteção social no desenvolvimento e na cidadania (Draibe, 1993).

O papel do Estado inclui a criação de sistemas de formação profissional, incentivos à indústria e políticas de inclusão produtiva. Para Furtado (2009), o desenvolvimento exige “transformações estruturais que só podem ser conduzidas por um Estado forte e planejador” (p. 63). Assim, políticas de empregabilidade são compreendidas como parte de um modelo socioeconômico que busca reduzir desigualdades regionais e promover modernização produtiva.

Autores como Pochmann (2017) e Souza (2019) defendem que o Estado deve ir além de programas generalistas e adotar estratégias específicas para populações discriminadas no acesso ao trabalho.

Pochmann (2017) afirma que “a precarização e a informalidade atingem desigualmente os jovens, os negros e os pobres” (p. 54), demonstrando que a empregabilidade é condicionada por estruturas sociais. Assim, políticas devem

considerar ações afirmativas, qualificação integrada à educação básica e incentivos à contratação de grupos vulneráveis.

Hall (1997), em perspectiva cultural, destaca que a juventude é atravessada por identidades e pertencimentos que afetam seu lugar no mercado de trabalho. Portanto, políticas públicas precisam reconhecer que a empregabilidade juvenil não é apenas econômica, mas também social e cultural.

A partir das teorias de governança, o Estado deixa de ser o único protagonista e passa a atuar em conjunto com setor privado, terceiro setor e organismos internacionais. Rhodes (1996) descreve esse modelo como “governança em rede”, em que políticas de empregabilidade dependem da articulação entre diferentes instituições.

Farah (2011) destaca que políticas de juventude no Brasil têm efetividade quando integradas às áreas de educação, assistência social, cultura, tecnologia e desenvolvimento econômico. Isso pressupõe que programas como o Jovem Aprendiz, o Programa Primeiro Emprego (Bahia) e ações dos Institutos Federais funcionam melhor quando articulados com empresas, associações e governos locais.

Amartya Sen (2000) argumenta que o papel do Estado vai além de oferecer assistência: trata-se de ampliar capacidades humanas, garantindo que indivíduos possam acessar oportunidades reais de trabalho. Para o autor, políticas públicas de educação, qualificação e proteção social são essenciais para remover barreiras estruturais que limitam a empregabilidade, especialmente entre jovens vulneráveis. Assim, o Estado deve atuar como promotor de liberdades substantivas, criando condições para que o desenvolvimento seja participativo e inclusivo.

Pesquisadores brasileiros como Corseuil e Veloso (2019) destacam que políticas ativas de emprego, como programas de aprendizagem, qualificação profissional e intermediação de mão de obra, têm impacto direto na inserção laboral de jovens. Para os autores, o Estado precisa atuar na redução de assimetrias de informação, na melhoria da transição escola-trabalho e na criação de incentivos para que empresas contratem jovens em situação de vulnerabilidade. Assim, políticas bem estruturadas podem reduzir desigualdades e fortalecer trajetórias profissionais.

Robert Castel (2005) enfatiza que sociedades contemporâneas enfrentam riscos crescentes de precarização, exigindo que o Estado desenvolva políticas de

proteção social e mecanismos de integração pelo trabalho. Segundo o autor, jovens são o grupo mais exposto à “zona de vulnerabilidade”, marcada por empregos instáveis e baixa proteção. Cabe ao Estado criar dispositivos que assegurem estabilidade mínima, reduzam a insegurança e ampliem o acesso a empregos dignos e regulamentados.

Cardoso Jr. (2011) argumenta que políticas públicas de trabalho e renda exigem capacidade estatal, planejamento estratégico e execução coordenada. Para ele, o Estado deve atuar como indutor do desenvolvimento, promovendo políticas de inclusão produtiva que considerem desigualdades raciais, territoriais e de gênero que afetam a juventude. Assim, políticas de empregabilidade precisam ser contínuas, monitoradas e integradas a outras áreas, como educação, assistência social e desenvolvimento econômico.

A Administração Pública, enquanto "governo em ação", tem o papel de formular e implementar políticas que visam reduzir as barreiras de acesso ao trabalho. Essas políticas podem ser compreendidas como o conjunto de ações (ou não-ações) intencionais de uma autoridade governamental para influenciar o comportamento individual ou coletivo (Pereira, 2009).

A relação entre Estado e sociedade na condução dessas políticas é complexa e pode ser analisada a partir de diferentes perspectivas teóricas, como as visões estadocêntrica, sociocêntrica ou mista (Serafim, 2011). No Brasil, o processo de definição das políticas públicas aproxima-se de um modelo de "autonomia relativa do Estado", que possui um espaço próprio de atuação, mas é permeado por influências de diversos atores sociais (SOUZA, 2007).

6 JOVENS, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A relação entre juventude, educação e inserção laboral constitui um dos eixos centrais para compreender os desafios da empregabilidade no Brasil contemporâneo. Como aponta Dayrell (2007), “ser jovem é experimentar um tempo de projetos, expectativas e tensões sociais” (p. 110), o que inclui a necessidade de construir percursos formativos capazes de dialogar com as demandas do mundo do trabalho. Nesse cenário, a formação educacional e profissional emerge como elemento estruturante não apenas da qualificação técnica, mas da construção da cidadania e da redução das desigualdades.

6.1 EDUCAÇÃO COMO DIMENSÃO ESTRUTURAL DA INSERÇÃO JUVENIL

A educação ocupa um papel central na trajetória dos jovens, funcionando como mediadora entre a socialização e a entrada no mercado de trabalho. Segundo Charlot (2000), a escola é o espaço no qual o jovem constrói sentidos sobre si, sobre o outro e sobre o futuro, sendo a educação “um empreendimento de apropriação do mundo e de si mesmo” (p. 45). No contexto brasileiro, marcado por profundas desigualdades socioeconômicas, essa dimensão torna-se ainda mais relevante, uma vez que o acesso, a permanência e o sucesso escolar são fortemente condicionados por fatores de classe, território e raça.

Pesquisadores brasileiros da área de trabalho e educação reforçam que a escolarização, embora essencial, não garante automaticamente a empregabilidade. Frigotto (1999) argumenta que o discurso que associa diretamente escolaridade e emprego ignora que o desemprego é estrutural, e não resultado de falhas individuais. Maria Ciavatta (2009) complementa que a educação amplia capacidades, escolhas e autonomia, mas não supera sozinha as desigualdades sociais que limitam o acesso ao trabalho. Do mesmo modo, Marise Ramos (2008) destaca que a formação escolar fortalece a autonomia juvenil e a compreensão crítica da realidade, mas sua eficácia depende das condições mais amplas do desenvolvimento econômico e das políticas públicas de trabalho.

Pesquisas sobre juventude e ensino médio também evidenciam essas tensões. Ribeiro (2011) aponta que, apesar dos avanços na expansão da educação básica, persistem lacunas na articulação entre escola e mundo do trabalho, sobretudo para jovens das periferias urbanas e regiões rurais.

Zago (2009) ressalta que as trajetórias escolares são marcadas por interrupções, reprovações e experiências de exclusão que impactam diretamente o processo de inserção profissional. Esses autores convergem ao afirmar que a educação amplia oportunidades, mas não é capaz, por si só, de romper barreiras estruturais que condicionam a vida juvenil.

Assim, compreender o papel da educação na inserção juvenil exige analisar tanto os avanços das políticas educacionais, como a expansão do ensino médio, a ampliação da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e programas de permanência escolar, quanto as persistentes desigualdades que dificultam a transição entre escola e trabalho. O ensino médio, em especial, configura-se como uma etapa crítica dessa trajetória, pois concentra desafios relacionados à evasão, à falta de identidade formativa e à distância entre o currículo e as necessidades reais dos jovens que precisam conciliar estudo e trabalho.

Dessa forma, a educação deve ser entendida como uma dimensão estrutural da inserção juvenil, capaz de ampliar horizontes, fortalecer a autonomia e oferecer condições para que os jovens construam projetos de vida, mas cuja efetividade depende da articulação com políticas de trabalho, assistência social, cultura, renda e desenvolvimento econômico. A educação, portanto, é necessária, mas não suficiente, devendo integrar um conjunto mais amplo de políticas públicas voltadas à proteção social e à promoção da empregabilidade juvenil.

6.2 ENSINO MÉDIO, JUVENTUDE E DESAFIOS ESTRUTURAIS

O ensino médio ocupa um lugar estratégico na trajetória juvenil, representando a etapa em que se intensificam as escolhas profissionais, a preparação para o trabalho e o aprofundamento da formação geral. No entanto, essa etapa da escolarização no Brasil é marcada por desigualdades históricas, altos índices de evasão e currículos pouco conectados às realidades dos estudantes, sobretudo das juventudes negras e periféricas. Krawczyk (2011) ressalta que “o ensino médio brasileiro vive uma crise de identidade, oscilando entre a formação geral, a preparação para o trabalho e o acesso ao ensino superior” (p. 39). Essa indefinição repercute diretamente na qualidade da formação e nas condições de empregabilidade dos jovens.

O descompasso entre escola e mercado de trabalho intensifica as dificuldades enfrentadas pela juventude. Mesmo com a ampliação do acesso à educação básica, Kuenzer (2017) argumenta que a escolarização não garante automaticamente a inserção

profissional, pois o mercado exige competências técnicas e sociais que muitas vezes não são desenvolvidas no ensino médio tradicional. A autora destaca que “a escola, por si só, não dá conta de responder às exigências de um mercado cada vez mais seletivo e excludente” (KUENZER, 2017, p. 112). Dessa forma, a escolarização amplia oportunidades, mas não elimina as barreiras estruturais que marcam a transição para a vida adulta.

Outro desafio central refere-se às profundas desigualdades territoriais e socioeconômicas que condicionam o acesso e a permanência dos jovens no ensino médio. Estudos do INEP (2020) mostram que estudantes de regiões mais pobres enfrentam maiores taxas de reprovação, menor oferta de escolas equipadas e restrições de jornada compatíveis com o trabalho. Para Carrano (2014), compreender o ensino médio exige considerar a condição juvenil e as múltiplas dimensões de suas vidas, uma vez que muitos jovens precisam conciliar estudo, trabalho e responsabilidades familiares. Assim, a escola precisa reconhecer “as juventudes reais, com suas urgências e temporalidades próprias” (CARRANO, 2014, p. 27).

Nesse cenário, políticas públicas voltadas à reforma do ensino médio, educação integral e integração com a educação profissional passam a ocupar um papel decisivo. Autores como Saviani (2018) defendem que a formação nessa etapa deve articular cultura, ciência, trabalho e tecnologia, evitando modelos meramente instrumentalizadores. Programas como o Novo Ensino Médio, o Ensino Médio Integrado e iniciativas de educação em tempo integral podem contribuir para tornar a escola mais atraente, porém ainda carecem de investimentos, formação docente e diálogo com as realidades locais. Assim, enfrentar os desafios estruturais do ensino médio implica fortalecer a qualidade da educação pública, reduzir desigualdades e construir caminhos formativos que valorizem os projetos de vida dos jovens.

6.3 FORMAÇÃO PROFISSIONAL E COMPETÊNCIAS PARA O MUNDO DO TRABALHO

A formação profissional constitui um dos pilares centrais para a inserção juvenil no mercado de trabalho, especialmente diante das transformações tecnológicas que reconfiguram permanentemente as ocupações e exigências produtivas. Para Frigotto (2009), a educação profissional não pode ser reduzida a uma preparação técnica simplificada, pois deve integrar trabalho, ciência, tecnologia e cultura, formando sujeitos críticos e capazes de compreender os processos produtivos em sua totalidade. O autor enfatiza que “a formação humana não se limita ao domínio de técnicas, mas exige a compreensão das relações sociais que estruturam a produção” (FRIGOTTO, 2009, p. 44), reforçando a necessidade de uma perspectiva ampliada para pensar juventude e empregabilidade.

Nesse sentido, os sistemas de educação profissional brasileiros como o SENAI, SENAC e os Institutos Federais desempenham papel estratégico ao ofertar cursos alinhados às demandas regionais e setoriais. Pesquisas do IPEA (2021) mostram que jovens e adultos que concluem cursos técnicos ou profissionalizantes apresentam maior probabilidade de inserção formal, melhor remuneração inicial e menor rotatividade. Esses dados reforçam a tese de que investimentos em qualificação profissional são determinantes para enfrentar desigualdades históricas de acesso ao emprego, sobretudo para juventudes periféricas e de baixa renda.

Entretanto, conforme destaca Ramos (2012), a formação profissional não pode restringir-se ao simples treinamento operacional. Para a autora, “a formação profissionalizante precisa superar o mero adestramento e constituir-se como prática emancipadora” (RAMOS, 2012, p. 89), orientada pela capacidade de desenvolver autonomia, criatividade e consciência crítica. Isso significa que políticas de qualificação devem integrar competências técnicas, competências digitais cada vez mais relevantes em um mercado automatizado e competências socioemocionais, como comunicação, resolução de problemas e trabalho em equipe.

Por fim, diversos estudos destacam que a formação profissional só produz resultados efetivos quando articulada a políticas públicas de proteção social, escolarização de qualidade e orientação vocacional. Como argumenta Ciavatta (2014), a formação precisa ser entendida como parte de um projeto de educação integral, capaz de conectar o jovem às oportunidades de trabalho, mas também de ampliar repertórios culturais e sociais. Assim, programas como Pronatec, Aprendizagem Profissional e cursos de curta duração devem ser avaliados não apenas pelo acesso ao emprego imediato, mas pelo potencial de ampliar as

possibilidades de futuro, reduzir vulnerabilidades e fortalecer a cidadania juvenil.

6.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE QUALIFICAÇÃO JUVENIL NA BAHIA

As políticas públicas de qualificação juvenil têm se consolidado como instrumentos essenciais de promoção da empregabilidade. Programas como o Pronatec, o Jovem Aprendiz e as iniciativas de formação integrada aos Institutos Federais ampliaram o acesso dos jovens à educação profissional. Segundo a OECD (2020), sistemas de qualificação bem estruturados reduzem o desemprego juvenil e facilitam a transição escola–trabalho.

Na Bahia, iniciativas como o Programa Primeiro Emprego, o Trilha, o Educar para Trabalhar e a rede de CEEPs (Centros Estaduais de Educação Profissional) desempenham papel expressivo. Estudos da Secretaria de Educação da Bahia (2023) mostram que estudantes da educação profissional apresentam maior taxa de inserção formal após a conclusão do curso. Contudo, como observa Lemos (2019), ainda há “desafios significativos de articulação intersetorial e adequação às demandas regionais” (p. 58). Portanto, fortalecer a coordenação entre governo, setor produtivo e instituições educacionais é essencial para ampliar oportunidades e reduzir desigualdades.

A Bahia apresenta um conjunto de políticas públicas voltadas à qualificação profissional juvenil que buscam enfrentar os efeitos da desigualdade socioeconômica e das dificuldades de inserção laboral entre jovens. Segundo o IBGE (2023), o estado figura entre aqueles com maiores taxas de desocupação juvenil no país, especialmente entre jovens negros e moradores de regiões periféricas. Diante desse cenário, programas de qualificação e formação profissional assumem relevância estratégica. Como destaca Amaral (2015), “as políticas de qualificação são fundamentais para a ampliação das oportunidades e para a redução das barreiras estruturais que atingem a juventude” (p. 74), sobretudo em contextos marcados por desigualdades históricas como o Nordeste.

No contexto estadual, iniciativas como o Programa Primeiro Emprego, o Programa Educar para Trabalhar e as ofertas do SENAI Bahia e do SENAC Bahia constituem pilares importantes de apoio à juventude. O Programa Primeiro Emprego, por exemplo, além de inserir jovens egressos da educação profissional pública no mercado de trabalho, busca fortalecer trajetórias formativas alinhadas às demandas produtivas regionais. Araújo (2019) observa que a política “articula formação técnica, experiência profissional e acompanhamento pedagógico, elementos fundamentais para a permanência do jovem no mundo do trabalho” (p. 93). Tais iniciativas ampliam as possibilidades de acesso a empregos formais e reduz a vulnerabilidade ocupacional.

Além disso, o governo baiano tem ampliado programas de educação profissional integrada ao ensino médio, favorecendo a transição juvenil para o trabalho. O *Educar para Trabalhar*, por exemplo, ofertou milhares de vagas gratuitas em cursos de qualificação em áreas como tecnologia, indústria, serviços e gestão, alcançando estudantes de todas as regiões do estado. Estudos do IPEA (2022) indicam que programas de qualificação com foco regionalizado aumentam em até 30% a probabilidade de inserção no mercado formal. Conforme destaca Oliveira (2020), “a formação profissional deve considerar especificidades territoriais, conectando juventudes a vocações produtivas locais” (p. 58). Na Bahia, isso inclui desde o setor turístico e cultural até atividades industriais e agrícolas.

Entretanto, os desafios permanecem significativos. Muitos programas ainda enfrentam limitações de financiamento, cobertura territorial desigual e dificuldades de articulação entre educação básica, qualificação profissional e setor produtivo. Silva (2021) argumenta que a efetividade das políticas depende de ações continuadas, acompanhamento dos jovens e parcerias com empresas locais.

7 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO DE POLÍTICAS DE EMPREGABILIDADE NA BAHIA

A compreensão da empregabilidade juvenil no estado da Bahia exige, antes de tudo, situar o debate no campo da Administração Pública, cujos modelos, estruturas e processos direcionam a formulação, execução e avaliação de políticas sociais. Estudos clássicos e contemporâneos demonstram que o desenho institucional do Estado, bem como sua capacidade administrativa, impacta diretamente a efetividade das políticas públicas voltadas ao trabalho e renda (PEREIRA; SPINK, 1998; FARAH, 2006; SECCHI, 2013).

Segundo Di Pietro (2018), a Administração Pública constitui o conjunto de órgãos, agentes e atividades destinados à realização das funções essenciais do Estado, e sua atuação é decisiva na organização das respostas governamentais a problemas sociais — como o desemprego juvenil. Nesse sentido, Weber (1999) já destacava que as instituições públicas desempenham papel central na racionalização e coordenação das ações do Estado, estruturando procedimentos que garantem previsibilidade e continuidade nas políticas adotadas.

No contexto brasileiro, a capacidade estatal e a eficiência administrativa são temas amplamente discutidos. Para Bresser-Pereira (1998), a transição do modelo burocrático para o gerencial buscou modernizar o Estado, introduzindo princípios de eficiência, foco no cidadão e gestão orientada por resultados. Esses elementos são essenciais para políticas de qualificação profissional e inserção produtiva, que dependem de mecanismos de monitoramento, avaliação e coordenação interinstitucional.

No caso da empregabilidade juvenil, autores como Carrano (2011), Dayrell (2007) e Novaes (2006) indicam que a juventude deve ser entendida como uma categoria social específica, atravessada por desigualdades estruturais, demandando políticas públicas integradas que articulem educação, trabalho, cultura e desenvolvimento territorial. Assim, políticas de emprego destinadas à juventude somente alcançam eficácia quando alinhadas a uma gestão pública capaz de coordenar múltiplos atores, distribuir recursos adequadamente e enfrentar as desigualdades regionais.

Em âmbito estadual, estudos de Souza (2006) e Arretche (2012) sobre federalismo e capacidades governativas explicam que as unidades federativas, como a Bahia, enfrentam desafios adicionais para implementar políticas públicas devido às assimetrias territoriais, dependência de transferências federais e limitações de capacidade administrativa. Tais fatores incidem diretamente nos programas de qualificação profissional, intermediação de mão de obra e apoio ao primeiro emprego.

Dessa forma, o presente capítulo busca discutir como os modelos de administração pública, a estrutura institucional da Bahia, os mecanismos de governança e os desafios administrativos condicionam a execução das políticas de empregabilidade juvenil no estado. O objetivo é analisar de que maneira esses elementos ampliam ou limitam a capacidade do Estado de promover oportunidades reais de inserção produtiva para os jovens baianos.

7.1 CONCEITOS E MODELOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Administração Pública pode ser compreendida como o conjunto de órgãos, instituições e processos responsáveis pela formulação, implementação e avaliação de políticas e serviços destinados ao atendimento das necessidades coletivas (DI PIETRO, 2018). No Brasil, sua evolução esteve marcada por transformações estruturais que refletiram tanto as mudanças do Estado quanto as demandas da sociedade. Nesse percurso, três modelos tornaram-se predominantes: o patrimonialista, o burocrático e o gerencial, cada um com impactos distintos na organização estatal e nas políticas públicas.

a) Administração Pública Patrimonialista

O modelo patrimonialista predominou no Brasil desde o período colonial até o início da República e caracterizava-se pela ausência de distinção clara entre o público e o privado. Como argumenta Faoro (2001), o Estado funcionava como extensão dos interesses de grupos dominantes, e as funções públicas eram distribuídas por favoritismo, relações pessoais e vínculos familiares. A lógica patrimonial reproduzia uma estrutura de privilégios, na qual cargos e prestígios eram moeda política, e não posições obtidas com base em mérito ou capacidade. Essa configuração tinha efeitos diretos sobre a gestão pública, inviabilizando a eficiência administrativa e impedindo a universalização de direitos.

No campo das políticas de trabalho, inexistia uma preocupação institucionalizada com a juventude, a formação ou a promoção de oportunidades, uma vez que a máquina pública servia prioritariamente a interesses privados e oligárquicos.

b) Administração Pública Burocrática

A partir das reformas inspiradas em Max Weber, consolidou-se um modelo racional-legal, baseado em regras formais, hierarquia, concursos públicos e controle interno rígido (WEBER, 1999). Com a ascensão dessas ideias e das reformas iniciadas na década de 1930, consolidou-se no Brasil o modelo burocrático, baseado na racionalidade legal, na formalização de processos e na profissionalização da máquina estatal.

Weber (1999) descreve a burocracia como um sistema que busca garantir impessoalidade, hierarquia, regras claras e procedimentos padronizados. No contexto brasileiro, esse modelo representou avanço significativo, pois rompeu com práticas patrimonialistas e instituiu critérios meritocráticos, como concursos públicos, carreiras estruturadas e controles administrativos. Contudo, embora eficiente para garantir legalidade e controle, a burocracia tradicional também se caracteriza por rigidez, lentidão e foco excessivo nos processos, e não nos resultados.

Em relação às políticas de juventude e empregabilidade, esse modelo tende a dificultar respostas rápidas às demandas sociais e a limitar a inovação em programas de qualificação, intermediação ou proteção social, dada sua estrutura centralizada e pouco flexível.

c) Administração Pública Gerencial

A partir da Reforma do Estado de 1995, liderada por Bresser-Pereira (1998), emerge o modelo gerencial, que busca superar as limitações do modelo burocrático. Inspirado na administração privada, mas adaptado ao setor público, este modelo enfatiza eficiência, gestão por resultados, descentralização, transparência, accountability e foco no cidadão como usuário dos serviços públicos.

A lógica gerencial introduziu instrumentos como indicadores de desempenho, contratos de gestão, parcerias público-privadas e maior autonomia administrativa. No campo da empregabilidade juvenil, sua influência é particularmente relevante. Programas como a aprendizagem profissional, a intermediação de mão de obra, acordos de cooperação com empresas e políticas de qualificação articuladas como o Pronatec ou iniciativas estaduais dependem de monitoramento, metas, articulação intersetorial e avaliação contínua, todos elementos característicos dessa abordagem. Além disso, o modelo gerencial favorece a integração entre Estado, setor produtivo e organizações sociais, ampliando o alcance e a efetividade das políticas públicas voltadas para a juventude.

7.2 ESTRUTURA INSTITUCIONAL: ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

A organização do Estado segue o modelo federativo brasileiro e é estruturada segundo princípios estabelecidos na Constituição Federal de 1988 e na legislação administrativa. Para Meirelles (2016), a Administração Pública compreende o conjunto de órgãos e entidades que exercem funções governamentais destinadas à realização do interesse coletivo. Essa estrutura divide-se em Administração Direta e Administração Indireta, cada qual desempenhando papéis complementares na formulação e execução de políticas públicas.

A Administração Direta é formada pelos órgãos que integram o Poder Executivo estadual, sem personalidade jurídica própria, mas com competências administrativas específicas. Sua função central, conforme Di Pietro (2018), é executar diretamente as políticas governamentais, obedecendo ao princípio da hierarquia administrativa.

No Estado da Bahia, no campo da juventude, educação e empregabilidade, destacam-se:

- Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE)

Órgão responsável pela formulação e implementação das políticas de trabalho, emprego e renda. Atua na intermediação de mão de obra (SINE-BA), qualificação profissional, programas de apoio ao trabalhador e estímulo ao empreendedorismo. É fundamental para a operacionalização de políticas de inclusão produtiva juvenil.

- Secretaria da Educação (SEC)

A SEC desempenha papel estratégico ao promover a educação básica, o ensino médio e a educação profissional. A integração entre formação técnica e escolarização é um dos pilares da política educacional baiana, especialmente por meio dos CEEPs e dos programas Educar para Trabalhar e Ensino Médio Integrado. Como destaca Cury (2002), sistemas educacionais são determinantes para a mobilidade social e a formação de competências.

- Secretaria de Políticas para as Mulheres e Juventude (SPMJ) ou órgãos equivalentes

Conforme a estrutura administrativa vigente, essa secretaria (ou subsecretaria vinculada a outro órgão) coordena ações específicas voltadas à juventude, incluindo políticas de participação, inclusão, cidadania e direitos. Atua na articulação com educação, assistência social e trabalho, reforçando a lógica intersetorial defendida por Farah (2011).

A Administração Indireta é composta por entidades com personalidade jurídica própria, criadas para desempenhar atividades específicas com maior autonomia administrativa e operacional. Segundo Carvalho Filho (2015), essa estrutura permite ao Estado ampliar sua capacidade de ação e de cooperação com outros setores. Na Bahia, destacam-se:

- Fundação Luís Eduardo Magalhães (FLEM)

A FLEM atua como parceira do Governo do Estado na execução de projetos de formação, capacitação e desenvolvimento institucional. Sua natureza fundacional permite maior flexibilidade na implementação de programas de qualificação e inovação, contribuindo para políticas voltadas à juventude e ao trabalho.

- Sistema S e entidades parceiras

Embora não integrem formalmente a Administração Indireta, entidades como SENAI, SENAC e SEBRAE operam em estreita cooperação com o Estado, constituindo importante rede de apoio às políticas de formação profissional. Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), o Sistema S tem papel relevante na oferta de cursos alinhados às demandas produtivas regionais, ampliando oportunidades de inserção laboral.

Essas instituições atuam em estreita articulação com o governo, ampliando a oferta de qualificação, inovação e empreendedorismo e, conseqüentemente, fortalecendo as políticas de inclusão produtiva juvenil.

A interação entre os órgãos da Administração Direta e as entidades da Administração Indireta é essencial para a efetividade das políticas de empregabilidade juvenil. Como afirmam Pochmann (2017) e Farah (2011), políticas de trabalho e juventude só alcançam resultados quando articulam educação, assistência social, desenvolvimento econômico e participação comunitária. Assim, a inserção produtiva de jovens na Bahia depende de mecanismos de coordenação entre SETRE, SEC, SPMJ, FLEM e instituições do Sistema S, garantindo integração entre escolarização, formação profissional e oportunidades reais de trabalho.

7.3 IMPLEMENTAÇÃO E GOVERNANÇA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A implementação de políticas públicas constitui a etapa em que decisões governamentais se materializam em ações concretas, envolvendo a atuação articulada de diferentes atores, instituições e níveis de governo. De acordo com Arretche (2012), a implementação não é um processo linear, mas um conjunto de interações complexas que depende da coordenação entre organismos administrativos distribuídos ao longo do sistema federativo. A autora ressalta que “a execução de políticas envolve arranjos institucionais variados, que articulam múltiplos agentes estatais e exigem padrões de coordenação específicos” (Arretche, 2012).

No campo da empregabilidade juvenil na Bahia, essa fase é particularmente complexa, uma vez que programas estaduais como cursos de qualificação, ações de intermediação do SINEBahia, iniciativas de empreendedorismo e programas de aprendizagem dependem de uma governança capaz de articular diferentes instituições, recursos e territórios. Trata-se de um processo que exige coordenação, monitoramento, participação social e cooperação entre Estado e sociedade civil.

a) Coordenação Intergovernamental

A Constituição Federal de 1988 estabelece competências concorrentes entre União, estados e municípios no campo das políticas de trabalho e emprego. Isso significa que os diferentes entes federativos compartilham responsabilidades, demandando mecanismos robustos de articulação institucional para que a política se efetive. No caso baiano, essa interdependência manifesta-se na execução integrada de programas federais como o Jovem Aprendiz, o Qualifica Mais e o Pronatec com

iniciativas estaduais, a exemplo do SINEBahia, do Trilha do Emprego e do Qualifica Bahia.

A eficácia da implementação depende da capacidade de coordenação entre esses níveis, especialmente em um estado marcado por desigualdades regionais significativas. Quando União, Estado e municípios atuam de forma fragmentada, há sobreposição de ações, desperdício de recursos ou lacunas de atendimento. Em contrapartida, quando há alinhamento de agendas, a governança se fortalece, ampliando o alcance e a efetividade das políticas públicas.

b) Gestão por Resultados e Monitoramento de Indicadores

O avanço de modelos gerencialistas no setor público trouxe maior ênfase na avaliação das políticas por meio de indicadores e metas. No contexto das políticas de inserção juvenil, a gestão por resultados é fundamental para aferir a efetividade das ações e orientar decisões governamentais.

Entre os indicadores essenciais estão, taxas de conclusão de cursos de qualificação profissional; percentuais de inserção no mercado de trabalho formal após a formação; acompanhamento territorializado, que permite identificar desigualdades entre regiões, especialmente entre capital e interior.

Esse enfoque territorial é especialmente relevante na Bahia, onde municípios possuem realidades socioeconômicas distintas. Monitorar resultados permite ajustar estratégias, corrigir distorções e aprimorar o desenho das políticas, fortalecendo sua capacidade de promover inclusão e mobilidade social.

c) Participação Social e Controle Democrático

A participação social é elemento estruturante da governança democrática e contribui para a legitimidade e efetividade das políticas públicas. No caso das políticas de empregabilidade juvenil, conselhos, conferências, fóruns e ouvidorias públicas atuam como instrumentos de diálogo entre Estado e sociedade, permitindo que jovens expressem necessidades, identifiquem gargalos e contribuam para a formulação e monitoramento das ações.

Para Avritzer (2012), a participação confere qualidade às políticas e fortalece o controle democrático, garantindo que as demandas reais da população sejam incorporadas ao processo decisório. Em um estado marcado por desigualdades socioeconômicas e raciais, como a Bahia, ampliar espaços de participação para jovens de territórios periféricos e rurais é condição indispensável para políticas mais justas e eficazes.

d) Parcerias Público-Privadas e Arranjos Cooperativos

A promoção da empregabilidade juvenil demanda a atuação de uma ampla rede de atores. Empresas, organizações da sociedade civil, universidades, iniciativas comunitárias e o Sistema S desempenham papéis complementares à ação estatal. De acordo com Kissler e Heidemann (2006), essa multiplicidade de atores caracteriza as redes de governança, nas quais a cooperação e a corresponsabilidade se tornam essenciais.

Esses arranjos permitem, ampliar a oferta de vagas de qualificação e aprendizagem; conectar jovens ao setor produtivo; fortalecer ecossistemas locais de inovação e empreendedorismo; viabilizar ações de impacto territorial, especialmente em regiões com menor dinamismo econômico.

7.4 DESAFIOS INSTITUCIONAIS, RECURSOS E EFICÁCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A efetividade das políticas de empregabilidade juvenil na Bahia depende não apenas de sua formulação, mas da capacidade institucional do Estado em executá-las de forma coordenada, monitorada e alinhada às demandas sociais. Como afirmam Hill e Hupe (2014), a implementação é influenciada por fatores organizacionais, recursos disponíveis e pelos arranjos administrativos que sustentam a ação pública. No contexto baiano, essa dinâmica revela desafios estruturais que condicionam os resultados das iniciativas voltadas à juventude.

a) Limitações de Recursos Financeiros e Orçamentários

A dependência de repasses da União e a rigidez orçamentária limitam a continuidade e a expansão de programas de qualificação. Arretche (2001) demonstra que políticas descentralizadas em países federativos, como o Brasil, tendem a sofrer variações significativas conforme a disponibilidade de recursos e a capacidade fiscal dos entes subnacionais. Em momentos de crise fiscal, políticas de qualificação historicamente consideradas complementares tornam-se mais vulneráveis a contingenciamentos, o que compromete a estabilidade das ações.

b) Fragmentação Institucional

A coexistência de múltiplos programas, muitas vezes sem coordenação entre si, resulta em sobreposições, lacunas e ineficiências. Arretche (2001) enfatiza que a fragmentação institucional é um dos maiores entraves para políticas efetivas em contextos descentralizados, pois a ausência de mecanismos de coordenação reduz a capacidade de formular trajetórias contínuas para os usuários. Para políticas de juventude, essa fragmentação impede a articulação entre educação, trabalho e desenvolvimento econômico elementos centrais para trajetórias bem-sucedidas.

c) Desigualdades Regionais e Territoriais

A Bahia apresenta profundas desigualdades territoriais, com capacidades administrativas e ofertas de qualificação muito distintas entre regiões como RMS, semiárido, litoral norte e extremo sul. Kissler e Heidemann (2006) destacam que políticas públicas requerem redes cooperativas e arranjos interinstitucionais capazes de lidar com as diferenças territoriais, sob risco de reproduzir desigualdades já existentes. Assim, a concentração de cursos e serviços de intermediação em áreas urbanas amplia as assimetrias de acesso para jovens de municípios menos estruturados.

d) Dificuldade de Monitoramento e Avaliação

O modelo gerencial, conforme formulado por Bresser-Pereira (1998), exige que a administração pública opere com base em indicadores e resultados. No entanto, a Bahia ainda enfrenta dificuldades em construir sistemas robustos de monitoramento e avaliação de impacto, que permitam mensurar efetivamente a inserção laboral de jovens após cursos e formações. Sem dados contínuos e territorializados, a capacidade de aperfeiçoar políticas existentes torna-se limitada, reduzindo a efetividade das ações.

e) Mudanças Tecnológicas e Demandas do Mercado

O avanço da digitalização e da automação impõe novas exigências ao mercado de trabalho. Frigotto (2009) e Ramos (2012) lembram que a formação profissional deve ir além do treinamento operacional, integrando competências críticas, tecnológicas e socioemocionais. Quando políticas públicas não acompanham essas transformações, corre-se o risco de oferecer formações desconectadas das demandas reais do setor produtivo, reduzindo seu impacto sobre a empregabilidade juvenil.

f) Engajamento Juvenil e Barreiras Socioculturais

Avritzer (2012) ressalta que políticas eficazes exigem participação social e diálogo com os sujeitos envolvidos. No caso da juventude, desafios como transporte, renda, cuidado familiar, insegurança urbana e falta de informação dificultam o acesso e a permanência em programas de qualificação. Sem considerar essas barreiras socioculturais, políticas de empregabilidade podem não alcançar seus públicos prioritários, reforçando desigualdades e limitando sua eficácia.

8 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGABILIDADE JUVENIL NA BAHIA (2018-2024)

A atuação da Administração Pública na promoção da empregabilidade juvenil se materializa por meio de um conjunto de programas e ações que buscam responder aos desafios socioeconômicos de cada território. Este capítulo se dedica a analisar as políticas públicas implementadas no estado da Bahia no período de 2018 a 2024, começando pela contextualização do cenário de desemprego juvenil e, em seguida, aprofundando

8.1 CONTEXTO SOCIOECONÔMICO E DESEMPREGO JUVENIL NO ESTADO DA BAHIA

Entre 2018 e 2024, o mercado de trabalho baiano passou por transformações significativas, influenciado por mudanças macroeconômicas nacionais, nesse contexto consideramos o COVID-19. Nesse período, a juventude figurou como o grupo mais sensível às oscilações do ciclo econômico, apresentando taxas de desemprego sistematicamente superiores às da população adulta segundo a PNAD Contínua.

A condição juvenil, combinada com desigualdades sociais estruturais, produziu um quadro de vulnerabilidade persistente, caracterizado por instabilidade ocupacional, altos níveis de informalidade e dificuldade de acesso ao trabalho decente.

a análise dos principais programas governamentais.

Segundo a PNAD Contínua (IBGE), a Bahia permanece entre os estados com maior taxa de desocupação juvenil do país. Durante o auge da pandemia (2020–2021), o desemprego entre jovens de 18 a 24 anos ultrapassou 30%, revelando a intensidade das restrições impostas pelo fechamento de atividades econômicas e pela

redução da demanda produtiva. A partir de 2022, observa-se uma gradual recuperação, porém insuficiente para alcançar os patamares do período pré-pandêmico. Mesmo em 2024, os indicadores apontam que a juventude baiana segue enfrentando dificuldades específicas, com taxas de informalidade superiores a 50% em diversas regiões, especialmente fora dos grandes centros urbanos. Esse cenário evidencia que a mera recomposição econômica não é suficiente para corrigir desigualdades acumuladas, demandando políticas públicas mais incisivas.

Outro elemento central é a dimensão territorial das desigualdades. A Bahia apresenta heterogeneidades marcantes entre seus territórios: enquanto a Região Metropolitana de Salvador (RMS), Feira de Santana e parte do Litoral Norte concentram postos de trabalho formais, infraestrutura produtiva e oportunidades educacionais, regiões como o Semiárido, o Extremo Sul, o Baixo Sul e o Oeste possuem indicadores historicamente inferiores de renda, escolarização e oferta de serviços públicos. Essas disparidades impactam diretamente a inserção laboral juvenil, criando verdadeiros “vazios de oportunidade” para jovens de áreas periféricas, rurais ou distantes dos centros urbanos. A limitação de transporte, a ausência de cursos de qualificação próximos, a baixa densidade industrial e a dificuldade de acesso à informação são fatores que ampliam a distância entre juventude e mercado de trabalho.

As desigualdades raciais aprofundam ainda mais o problema. Como a Bahia possui uma das maiores populações negras do país, a precariedade laboral juvenil se articula com desigualdades históricas de raça e classe. Jovens negros são maioria entre os que enfrentam desemprego prolongado, ocupações informais e remunerações mais baixas evidenciando que o mercado de trabalho baiano reproduz padrões nacionais de exclusão estrutural. Essa realidade reforça a necessidade de políticas focalizadas que combinem qualificação profissional, garantia de renda, fortalecimento escolar e inclusão produtiva com recorte territorial e racial.

Diante desse cenário, a atuação do Estado torna-se imprescindível para mitigar desigualdades e ampliar oportunidades. A implementação de programas como o Primeiro Emprego, o Trilha, o Educar para Trabalhar e o fortalecimento dos CEEPs busca responder a esse quadro, mas enfrenta desafios institucionais, orçamentários e de alcance territorial. Assim, compreender o contexto socioeconômico baiano entre 2018 e 2024 é fundamental para analisar a eficácia das políticas estudadas, bem como para identificar limites e potencialidades na promoção da empregabilidade juvenil. É

nesse ambiente complexo, de demandas crescentes e desigualdades persistentes, que se inserem os programas analisados neste capítulo.

8.2 ANÁLISE DO PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO

O Programa Primeiro Emprego (PPE), instituído pela Lei Estadual nº 13.459/2015 e reestruturado em 2021, consolidou-se como uma das principais estratégias do Governo da Bahia para promover a inserção profissional de jovens egressos da Rede Estadual de Educação Profissional e Tecnológica. O programa tem como objetivo possibilitar a primeira experiência laboral dos jovens, articulando formação, qualificação e prática profissional remunerada no âmbito da administração pública indireta, como autarquias, fundações e empresas estatais.

O PPE adota como critério de acesso o desempenho escolar, priorizando estudantes que concluíram cursos técnicos e que não possuem experiência registrada em carteira. Essa estratégia busca combater um dos principais entraves da juventude na entrada no mercado: a exigência de experiência prévia para ocupação de vagas formais. Entre seus resultados, destacam-se o estímulo à permanência dos jovens na escola, o fortalecimento da educação profissional e a ampliação do acesso a oportunidades remuneradas em ambientes produtivos reais.

Apesar dessas limitações, o PPE permanece como iniciativa relevante, especialmente em um estado com altos índices de desemprego juvenil, reafirmando o papel do Estado como indutor da inclusão produtiva.

8.3 ANÁLISE DO PROGRAMA JUVENTUDE PRODUTIVA

O Programa Primeiro Emprego (PPE), instituído pela Lei Estadual nº 13.459/2015 e reestruturado pela Lei nº 14.395/2021, consolidou-se como uma das principais estratégias do Governo da Bahia para ampliar a inserção profissional de jovens egressos da Rede Estadual de Educação Profissional e Tecnológica. Seu objetivo central é promover a primeira experiência laboral dos estudantes formados em cursos técnicos, oferecendo oportunidades formais de trabalho em órgãos e entidades da administração pública indireta, como autarquias, fundações e empresas estatais.

A lógica de funcionamento do programa está estruturada na articulação entre formação escolar, qualificação profissional e prática laboral remunerada. O acesso ao PPE é realizado a partir do desempenho escolar dos estudantes e do critério de não possuir experiência prévia registrada em carteira, uma barreira estrutural historicamente enfrentada pela juventude. Como destaca o Governo da Bahia (2024), “o programa prioriza jovens que nunca tiveram emprego formal, possibilitando que adquiram experiência profissional em ambientes reais de trabalho”. Essa estratégia busca romper o ciclo em que a exigência de experiência prévia impede que jovens ingressem no mercado formal, apesar de terem concluído cursos profissionalizantes.

Em termos de gestão e governança, o PPE possui caráter intersetorial, sendo coordenado por um Comitê Gestor composto por diversas secretarias estaduais — entre elas a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE), a Secretaria da Educação (SEC), a Secretaria da Administração (SAEB) e outras áreas estratégicas ligadas ao desenvolvimento econômico. A execução das atividades e a contratação dos jovens são operacionalizadas por fundações estatais, sobretudo a Fundação Estatal Saúde da Família (FESF-SUS) e a Fundação Luís Eduardo Magalhães (FLEM), responsáveis por administrar contratos, acompanhar os jovens e alocá-los nas unidades parceiras do governo. Além disso, a intermediação para encaminhamento das vagas ocorre por meio do SineBahia, que integra a política estadual de trabalho e renda.

Dados oficiais apontam que, até 2024, o PPE já havia inserido mais de 21 mil jovens em oportunidades formais de trabalho em mais de 200 municípios do estado. Segundo o Governo da Bahia (2024), “o programa alcançou 21.396 inserções desde a sua criação, reforçando seu papel como política pública estruturante de inclusão produtiva juvenil”.

Entre os principais impactos observados, destacam-se:

- a) o estímulo à permanência na escola e à conclusão dos cursos técnicos;
- b) a ampliação das oportunidades de atuação em ambientes profissionais reais;
- c) o fortalecimento da educação profissional como estratégia de desenvolvimento econômico;

d) a geração de renda e a formalização de jovens que antes estavam concentrados em ocupações informais ou intermitentes.

No entanto, persistem desafios importantes para a consolidação do programa. A limitação do número de vagas disponíveis, a dependência orçamentária e a necessidade de maior articulação com o setor privado ainda limitam seu alcance. Além disso, a concentração de oportunidades em regiões urbanas, sobretudo na Região Metropolitana de Salvador, cria desigualdades territoriais que afetam jovens de municípios mais distantes ou com menor presença de órgãos estaduais. A avaliação sistemática de resultados também permanece como um ponto sensível, dada a ausência de mecanismos robustos de monitoramento que permitam mensurar os efeitos do programa sobre a trajetória profissional dos egressos.

Apesar dessas limitações, o PPE representa uma iniciativa relevante no cenário baiano, especialmente diante dos altos índices de desemprego juvenil. Sua estrutura intersetorial, sua articulação com a educação profissional e sua ênfase em oferecer a primeira experiência laboral reafirmam o papel do Estado como indutor da inclusão produtiva e do trabalho decente para a juventude. Em um contexto de vulnerabilidades socioeconômicas e profundas desigualdades territoriais, políticas como o Primeiro Emprego contribuem para ampliar horizontes profissionais, fortalecer capacidades juvenis e reduzir barreiras históricas de acesso ao mercado de trabalho.

8.4 PROJETO JOVEM SOCIAL (SEADES/CREAS)

O Projeto Jovem Social, criado em 2017 pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SEADES) em articulação com os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), integra o conjunto de ações da Proteção Social Especial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Seu público consiste em adolescentes e jovens expostos a situações de vulnerabilidade e risco, acompanhados por medidas protetivas ou atendimento psicossocial. Nesse sentido, o programa está inserido em uma política que visa o fortalecimento de vínculos e a superação de violações de direitos, articulando dimensões formativas e de apoio socioassistencial.

A estrutura do projeto está organizada em três eixos principais: formação cidadã, qualificação profissional e acompanhamento psicossocial. O primeiro eixo envolve atividades voltadas ao desenvolvimento de competências sociais, compreensão de direitos, resolução de conflitos e participação comunitária. O segundo reúne cursos profissionalizantes em diferentes áreas, ofertados por meio de parcerias com instituições de qualificação. Já o terceiro eixo assegura atendimento contínuo por equipes técnicas, elemento central no escopo da política de assistência social, especialmente no caso de jovens com histórico de violências, rupturas familiares ou vulnerabilidades acumuladas.

O papel do Projeto Jovem Social no campo da empregabilidade juvenil se relaciona ao fato de atuar com um segmento que, em muitos casos, não acessa programas tradicionais de educação profissional. A articulação entre assistência social, educação e trabalho permite que jovens afastados da escola, com trajetórias laborais irregulares ou em situação de risco social tenham contato com experiências formativas que podem ampliar suas possibilidades de inserção futura no mercado de trabalho. Além disso, o foco em competências socioemocionais e acompanhamento psicossocial atende a demandas identificadas em pesquisas sobre transição juvenil, que apontam a importância de apoio institucional para jovens com vínculos fragilizados e escolarização descontínua.

As ações do programa são desenvolvidas por meio de cooperações institucionais. Entre elas destacam-se:

- SENAI/SESI, com oferta de cursos técnicos e tecnológicos;
- SINEBahia, voltado à intermediação de mão de obra, atualização de currículos e capacitações de curta duração;
- PRONATEC e cursos FIC, que disponibilizam formação inicial e continuada em áreas diversas.

Essas parcerias ampliam a oferta de qualificações e diversificam os percursos formativos possíveis dentro do programa, permitindo que sua atuação se adapte a diferentes demandas territoriais da Bahia, que apresenta heterogeneidade econômica e social entre regiões.

Quando comparado a outras iniciativas estaduais, como o Programa Primeiro Emprego (PPE), o Projeto Jovem Social ocupa um espaço distinto. Enquanto o PPE se dirige majoritariamente aos jovens egressos da educação profissional com trajetória escolar regular, o Jovem Social atende um grupo marcado por descontinuidades escolares, fragilização de vínculos e acompanhamento socioassistencial. Na análise da política pública, ambos podem ser compreendidos como estratégias complementares de atuação estatal, voltadas a perfis juvenis diferentes e a objetivos institucionais específicos.

A partir dessa perspectiva, o Projeto Jovem Social se insere em uma lógica mais ampla de políticas de proteção e inclusão, contribuindo para reorganizar trajetórias e ampliar circuitos formativos para jovens afastados de outras modalidades de qualificação. A análise do programa, portanto, envolve a compreensão de sua função no interior da política de assistência social, de sua articulação intersetorial e dos efeitos potenciais que sua estrutura formativa pode produzir no campo da transição para o trabalho, sem que isso implique julgamento normativo sobre seus resultados.

8.5 PROGRAMA DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL – LEI 10.097/2000

O Programa de Aprendizagem Profissional, regulamentado pela Lei Federal nº 10.097/2000 e pelo Decreto nº 5.598/2005, desempenha papel central na estrutura de inserção produtiva de adolescentes e jovens no Brasil. Embora sua formulação seja federal, sua implementação assume características específicas em cada estado, a depender do perfil econômico, da rede de formação e da capacidade de fiscalização das instituições responsáveis. Na Bahia, a aprendizagem tem se consolidado como um dos principais instrumentos de acesso ao primeiro emprego formal para jovens entre 14 e 24 anos, especialmente no setor de serviços e no comércio.

A legislação estabelece cotas obrigatórias para empresas de médio e grande porte, que devem contratar aprendizes em percentual entre 5% e 15% de seu quadro de trabalhadores em funções que demandam formação profissional. Esse modelo cria um canal institucionalizado de entrada no mercado de trabalho, articulando formação teórica oferecida por entidades qualificadoras como SENAI, SENAC, CIEE e outras com experiência prática em ambiente laboral supervisionado.

No contexto baiano, a distribuição dos aprendizes apresenta variações setoriais relevantes. Setores como comércio varejista, serviços administrativos, indústria de transformação e alimentação têm registrado maior número de contratos, refletindo a estrutura produtiva do estado, concentrada na Região Metropolitana de Salvador (RMS) e polos industriais como Feira de Santana, Camaçari e Luís Eduardo Magalhães. A presença de empresas estatais e sociedades de economia mista também contribui para a oferta de vagas, embora em proporção menor quando comparada ao setor privado.

A fiscalização do cumprimento das cotas é realizada pela Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) e pelas Superintendências Regionais do Trabalho. Na Bahia, ações fiscais periódicas têm buscado ampliar a contratação de aprendizes, especialmente em setores com baixa adesão histórica, como construção civil e logística. A atuação fiscal se torna particularmente relevante devido à existência de empresas que permanecem abaixo do percentual legal ou que enfrentam dificuldades para adequar seus quadros às exigências da legislação. Dessa forma, os processos de auditoria e notificação funcionam como mecanismos de indução ao cumprimento das cotas.

Do ponto de vista das políticas públicas, avanços podem ser observados na ampliação da rede de entidades formadoras e na diversificação dos cursos ofertados, incluindo qualificações ligadas a tecnologia, administração, manutenção industrial e serviços. A interiorização das unidades do Sistema S também contribui para que municípios fora da RMS tenham acesso ao programa, embora persistam desigualdades territoriais. Em cidades menores, a oferta de cursos e a demanda empresarial por aprendizes tendem a ser mais reduzidas, limitando a universalização da aprendizagem.

Entre os desafios para sua efetividade destacam-se: a dificuldade de adequação das micro e pequenas empresas que, embora não tenham obrigação legal, poderiam participar voluntariamente por meio de programas federais; a concentração de vagas em áreas urbanas; as limitações de transporte e permanência para jovens de territórios rurais ou periféricos; e a necessidade de articulação contínua entre formação teórica e prática, especialmente nos setores com maior rotatividade de mão de obra.

Assim, a aprendizagem profissional na Bahia se configura como instrumento relevante no conjunto das políticas de inserção juvenil, articulando legislação federal, capacidade fiscalizatória local e a dinâmica setorial da economia estadual. A análise desse programa revela um arranjo que combina exigência legal, articulação interinstitucional e variações territoriais que influenciam diretamente o alcance e a estabilidade das oportunidades destinadas aos jovens.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada ao longo deste trabalho demonstrou que a inserção laboral da juventude na Bahia é atravessada por um conjunto complexo de variáveis estruturais, históricas e institucionais que moldam suas oportunidades de trabalho. A partir da revisão teórica e do levantamento de dados estaduais, foi possível observar que juventude, desigualdade e empregabilidade não constituem fenômenos isolados, mas dimensões interdependentes que se reforçam mutuamente.

A literatura sociológica consultada incluindo autores como Pierre Bourdieu, Robert Castel, Erik Olin Wright, Miriam Abramovay, Helena Abramo, Regina Novaes e Marta Arretche evidenciou que as transições juvenis para o mundo do trabalho continuam profundamente marcadas por desigualdades de classe, gênero, raça e território. Na Bahia, esse quadro se intensifica devido às particularidades estruturais do estado, como a elevada concentração populacional na Região Metropolitana de Salvador, a heterogeneidade econômica entre regiões e a persistência de desigualdades socioespaciais.

Os dados apresentados no capítulo estatístico confirmaram a relevância desses fatores. A Bahia mantém taxas de desemprego juvenil superiores à média nacional e registra forte informalidade entre jovens de 18 a 29 anos, especialmente entre negros e moradores de regiões de menor dinamismo econômico. Tais indicadores reforçam a tese de que a posição social dos jovens entendida pela perspectiva de Bourdieu como capital econômico, cultural e social influencia diretamente as chances de obtenção de trabalho formal e estável.

Do ponto de vista das políticas públicas, verificou-se que o estado dispõe de um conjunto expressivo de iniciativas voltadas à juventude, incluindo programas federais

(como Pronatec, Jovem Aprendiz e ProJovem) e políticas estaduais de qualificação profissional, educação pública, assistência social e proteção de direitos. A análise realizada não buscou classificar essas políticas como suficientes ou insuficientes, mas compreender seus alcances e limites em relação ao desafio estrutural da empregabilidade juvenil.

Nesse sentido, observou-se que programas como o Sistema Nacional de Emprego (SINE) e o Programa de Aprendizagem Profissional têm papel relevante ao criar canais formais de inclusão laboral. Porém, desafios permanecem, especialmente em relação à capacidade desigual dos municípios baianos de ofertar formação, intermediar empregos e monitorar a aprendizagem questão discutida com base na abordagem de Arretche sobre capacidades estatais e desigualdades federativas.

Também foi possível identificar que parte significativa da precariedade vivida pelos jovens se explica não apenas pela ausência de políticas, mas por transformações estruturais do mercado de trabalho contemporâneo, conforme discutido por Jeremy Rifkin em *O Fim dos Empregos* e por Robert Castel ao tratar da “zona de vulnerabilidade”. A automação crescente, a rotatividade elevada e a informalidade estrutural alteram profundamente o lugar ocupado pelos jovens no mercado, que se tornam os primeiros a serem atingidos pelas oscilações econômicas e pela desregulamentação.

De forma mais ampla, o estudo evidenciou que a juventude baiana não pode ser analisada apenas como um grupo que “busca emprego”, mas como um segmento que vivencia trajetórias marcadas por disputas simbólicas, desigualdades históricas e dinâmicas sociais que atravessam escola, família, território e trabalho. A inclusão produtiva, portanto, requer a articulação de políticas de educação, qualificação, assistência social, cultura, esporte, direitos humanos e desenvolvimento regional. Por fim, a investigação reforça que compreender a empregabilidade juvenil na Bahia exige olhar para além dos indicadores econômicos, incorporando uma interpretação sociológica capaz de revelar como desigualdades estruturais se traduzem em trajetórias laborais distintas. O trabalho contribui, assim, para ampliar o debate sobre juventude e trabalho, oferecendo subsídios para reflexões futuras, seja no âmbito acadêmico, seja no campo das políticas públicas, sem a pretensão de esgotar o tema, mas de aprofundá-lo com rigor analítico.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. *O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ALVES, José Eutáquio Diniz; CORREA, Sônia. Igualdade e desigualdade de gênero no Brasil: um panorama preliminar, 15 anos depois do Cairo. 2009. Disponível em: <https://proceedings.science/abepdivros/abep-livros-10/trabalhos/igualdade-e-desigualdade-de-genero-no-brasil-um-panorama-preliminar-15-anos-depo?lang=pt-br>. Acesso em: 27 de nov. 2025.
- ABRAMO, Helena Wendel; VENTURI, Gustavo; CORROCHANO, Maria Carla. Estudar e trabalhar: um olhar qualitativo sobre uma complexa combinação nas trajetórias juvenis. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 595-614, set./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/s01013300202000030004>, acesso em 28 nov. 2025
- ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane. Juventude, trabalho e políticas públicas no Brasil. Brasília: UNESCO, 2015.
- ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.
- AMARAL, Mário. Políticas de qualificação profissional e juventude no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2015.
- ARAÚJO, Renata. Juventude, trabalho e políticas públicas na Bahia. Salvador: EDUFBA, 2019.
- ARRETCHE, Marta. *Democracia, federalismo e centralização no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- AVRITZER, Leonardo. *Democracia e participação social no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- ABRAMO, Marta. *Linguagem, gênero e trabalho*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *A juventude é apenas uma palavra*. In: _____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: 34, 2010.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional*. 7. ed. São Paulo: Editora 34, 1998.
- BAHIA. Secretaria da Educação. Relatório de Educação Profissional 2023. Salvador: SEC-BA, 2023.
- BAHIA. Lei nº 13.459, de 10 de dezembro de 2015. Institui o Programa Primeiro Emprego no âmbito do Estado da Bahia. Diário Oficial do Estado, Salvador, 11 dez. 2015.

BAHIA. Lei nº 14.395, de 17 de dezembro de 2021. Reestrutura o Programa Primeiro Emprego e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, Salvador, 18 dez. 2021.

BAHIA. Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE. *Programa Primeiro Emprego: inserções e resultados (2015–2024)*. Salvador: Governo da Bahia, 2024.

BAHIA. Secretaria da Educação – SEC. *Rede Estadual de Educação Profissional e Tecnológica: Relatório de Gestão*. Salvador: SEC, 2023.

BAHIA. SINEBahia. *Relatório de Intermediação e Encaminhamentos para o PPE*. Salvador: Governo da Bahia, 2024.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2000.

CAVALCANTE, Pedro; GOMIDE, Alexandre. Capacidades estatais e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2019.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

CARDOSO JR., José Celso. *Capacidade Estatal, planejamento e políticas públicas no Brasil*. Brasília: IPEA, 2011.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTEL, Robert. *A insegurança social: o que é ser vulnerável?* Petrópolis: Vozes, 2005.

CORSEUIL, Carlos Henrique; VELOSO, Fernando. *Inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro: políticas e desafios*. Rio de Janeiro: FGV/Ibce, 2019.

CIAVATTA, Maria. *O mundo do trabalho e a educação: ensaio de análise teórico-metodológica*. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). *O trabalho como princípio educativo*. São Paulo: Cortez, 2009. p. 109–130.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Educação e direito à educação*. São Paulo: Cortez, 2002.

CHIAVENATO, Idalberto. *Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações*. 4. ed. Barueri: Manole, 2014.

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. *Juventudes e cidades: sentidos e buscas*. Petrópolis: Vozes, 2011.

CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno das relações entre educação e juventude. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, out. 2007.

DAYRELL, Juarez. *O jovem como sujeito social: a juventude em debate*. In: DAYRELL, J.; CARRANO, P.; NOVAES, R. (org.). *Juventudes contemporâneas: novos mapas sociais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 13-44.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

DRUCKER, Peter. *Desafios gerenciais para o século XXI*. São Paulo: Pioneira, 1999.

DRAIBE, Sônia Miriam. *As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas*. Campinas: Unicamp, 1993.

FESF-SUS – Fundação Estatal Saúde da Família. *Relatório Anual de Gestão: Atuação no Programa Primeiro Emprego*. Salvador: FESF, 2023.

FLEM – Fundação Luís Eduardo Magalhães. *Programa Primeiro Emprego: Procedimentos Operacionais*. Salvador: FLEM, 2023.

FARAH, Marta Ferreira. *Administração pública e políticas públicas*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Abril Cultural, 2002.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 4. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: trabalho, educação e capitalismo*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GROPPO, L. A. (2000). *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL

GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. In: LUZ, Madel T. (Org.). *O lugar da mulher*. Rio de Janeiro: Graal, 1983. p. 9-27.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 2013.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2003.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Características Gerais dos Moradores*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102004>.: acesso em: 28 de novembro de 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Formação profissional e inserção produtiva: diagnóstico e tendências. Brasília: IPEA, 2021.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar da Educação Básica 2020. Brasília: INEP, 2020.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)*. 2018–2024.

IPEA. *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*. Brasília: IPEA, diversas edições entre 2020 e 2023.

IPEA. *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*. Brasília, 2021.

HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar a partir do Brasil, da França e do Japão*. São Paulo: Boitempo, 2002.

HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: p. 56-60 Boitempo, 2011.

HARVEY, David. *A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2020.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 8. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HILL, Michael; HUPE, Peter. *Implementing Public Policy: An Introduction to the Study of Operational Governance*. 3. ed. Thousand Oaks: Sage, 2014.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco. Governança pública: novo modelo regulatório para a administração pública. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 485–501, 2006.

KUENZER, Acácia. *Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2011.

KRAWCZYK, Nora. *A reforma do ensino médio no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

LEMOS, Ana Carolina. *Juventude, trabalho e políticas públicas no Nordeste*. Salvador: EDUFBA, 2019.

MENNELLA, Ana Carolina Villas Bôas. Mercado de trabalho brasileiro e a transição para a vida adulta: o desafio da juventude. *História na Fronteira*, Foz do Iguaçu, v. 2, n. 2, p. 77-96, jul./dez. 2009.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 2016.

NOVATO, Valéria de Oliveira Lemos; NAJBERG, Estela; LOTTA, Gabriela Spanghero. O burocrata de médio escalão na implementação de políticas públicas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 527-546, maio/jun. 2020. DOI: 10.1590/0034-761220190228.

OLIVEIRA, Joana. Formação profissional e desenvolvimento regional. Recife: Massangana, 2020.

POCHMANN, Marcio. *A batalha pelo primeiro emprego*. São Paulo: Cortez, 2019.

POCHMANN, Márcio. *Juventude em risco: trabalho, educação e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017..

PIRES, R., Lotta, G., & Oliveira, V. (Orgs.). (2018). Burocracia e políticas públicas no Brasil. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter (org.). *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

SPOSITO, Marília Pontes. Juventude e contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, n. 29, p. 35-52, 2005.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. *Bahia é o estado mais negro do Brasil, com 80,8% da população preta ou parda*. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 2023. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/sei/noticias/2023-11/4013/bahia-e-o-estado-mais-negro-do-brasil-com-808-da-populacao-preta-ou-parda>. Acesso em: *acesso em 28 de novembro de 2025*.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERAFIM, Milene. Perspectivas teóricas sobre o Estado e políticas públicas: uma revisão. *Revista de Ciências Sociais*, v. 42, n. 1, p. 11–26, 2011.

SESI; SENAI. Panorama da educação profissional no Brasil. Brasília: CNI, 2020.

SECCHI, Leonardo. *Modelos organizacionais e reforma do Estado: a nova administração pública*. In: SECCHI, L. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise e casos práticos*. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. p. 123–148.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20–45, 2006.

SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.

SILVA, Carlos Eduardo. Juventude, desigualdades e políticas de inserção profissional. São Paulo: Cortez, 2021.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. 42. ed. Campinas: Autores Associados, 2018.

RAMOS, Marise. *Educação profissional: desafios e perspectivas*. São Paulo: Cortez, 2012.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Marlene. *Juventude, educação e trabalho no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2011.

RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos*. São Paulo: Makron Books, 1995

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: EdUnB, 1999.

ZAGO, Nadir. *Trajetórias escolares de jovens de camadas populares: permanências e rupturas*. São Paulo: Cortez, 2009.